

## ATA Nº 5

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de **dois mil e dezoito**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: \_\_\_\_\_

<b>I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO</b>	
<b>II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”</b>	
<b>III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA</b>	
1º	APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO 2017
3º	NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA 2018
4º	JUÍZES SOCIAIS
5º	CONTRATO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO E O SPORT CLUBE VALENCIANO
6º	EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO - FINANCIAMENTO DAS DESPESAS COM A GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS
7º	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE PARTILHA E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA - REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
8º	OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL DE VALENÇA E CENTRO HISTÓRICO DE VALENÇA - PROJETOS E RELATÓRIOS DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DA DISCUSSÃO PÚBLICA
9º	CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E OS MUNICÍPIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, PAREDES DE COURA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA - ÁGUAS DO ALTO MINHO
10º	PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU – NOMEAÇÃO DE JÚRI* (ponto incluído extra agenda)

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Vasco Rodrigo Marques Severino; Luís Manuel Gomes Amorim; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez e Manuel Álvaro Guimarães Gomes, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Fernando Vidal Lourenço, Ana Cláudia Gomes Moreira, Carlos Aleixo Pereira Gomes e Silvestre José Gonçalves Pereira. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: \_\_\_\_\_

Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Elisabete Frade Lopes Viana; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Paula Alexandra Melim dos

Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Avelino António Oliveira Marinho; Ana Raquel Soares Sanches; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço; Vitor Manuel Costa de Oliveira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; José António Lopes Nogueira; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Ana Cláudia Gomes Moreira; Carlos Aleixo Pereira Gomes; Silvestre José Gonçalves Pereira; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; António Joaquim Dias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. \_\_\_\_\_

A sessão iniciou com 26 Membros, tendo os restantes chegado no decorrer da sessão, nos seguintes períodos: Srs. - António Soares Brito\_Discussão da moção da CDU; Orlando Oliveira\_ Intervenções e interpeleções; Silvestre Pereira\_ Ponto 1; Rui Ferreira \_ Ponto 1; Ana Soares e Cristovão Pereira\_ Ponto 9. \_\_\_\_\_

Para além dos membros da Assembleia Municipal acima citados, estiveram presentes na presente sessão o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e **Srs. Vereadores**. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, procedeu à abertura do período de intervenção do público, tendo-se inscrito o Sr. Luís Araújo para solicitar informação sobre o valor praticado na faturação das águas em 2017. \_\_\_\_\_

Perante esta questão, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou que o valor praticado está definido nas contas de gerência, disponível para consulta, contudo de forma a lhe poder responder com precisão mencionou que iria consultar os documentos no intervalo da sessão e o informaria devidamente.

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** o qual, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 28 de abril último a 28 de junho corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 4 referente à sessão ordinária realizada no dia 30 de abril último**, surtiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para a mesma, pelo que, estando em condições, de a colocar a discussão, questionou da intenção de intervirem, tendo-se inscrito: \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. José Nogueira** que, após as habituais saudações, mencionou que se iria abster quanto a esta ata por não ter estado presente, sem prejuízo de que a mesma revela, padece das vicissitudes sempre apontadas, ou seja, parece um diário da sessão e de ata tem pouco. \_\_\_\_\_

Finalizadas as apreciações, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a **ata n.º 4**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **30 de abril de 2018**, num universo de **26 votantes**, obteve **21 (vinte e um) votos a favor**, com **5 (cinco) abstenções** dos Membros Srs. Jorge Moura, Avelino Marinho, Vitor Oliveira, José Nogueira e Carlos Aleixo, por não terem estado presentes nessa mesma sessão.

Seguidamente, foram entregues à Mesa os documentos que se seguem, transcritos em ata pela ordem da seguinte enumeração:

- **Grupo Municipal da CDU:**
  - Moção - “Contrato de Parceria”;
- **Grupo Municipal do Partido Socialista:**
  - Voto de pesar pelo Falecimento - “Dr. António Arnaut”;
  - Voto de Louvor - “Ex-Arbitro Rui Fernandes”

Termos em que se procedeu à leitura dos documentos pela respetiva ordem acima indicação, iniciando o membro Sra. Cláudia Labrujó com a moção “**Contrato de Parceria**” apresentado pela CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP – PEV, abaixo transcrita:

**“Contrato de Parceria**

Hoje, nesta Assembleia Municipal, vai estar a votação o contrato de parceria pública entre o Estado Português e o conjunto de municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Tomando em consideração que na anterior Assembleia Municipal de 30 de abril, apresentámos uma moção sobre este tema e a mesma foi rejeitada com os votos contra da bancada do PSD. A documentação que hoje vai ser aqui tratada foi entregue em Comissão Permanente na passada segunda-feira dia 25 de junho, documentação essa que agrega um total de vinte e nove documentos, num total de 400 páginas para serem analisadas em três dias, além dos outros 8 pontos que constituem a ordem de trabalhos desta Assembleia.

Na terça-feira, dia 26 de junho, a Comissão Permanente voltou a reunir, pelo segundo dia consecutivo, desde as 21h30 até cerca das 01h10 com a presença dos elementos que constituem essa mesma Comissão e o Presidente e Vice-Presidente desta Câmara, para que todos os presentes pudessem ser esclarecidos pelos oradores que fizeram representar a empresa Águas de Portugal.

Do esclarecimento que nos foi dado, concluímos que quem veio fazer o esclarecimento veio defender o seu negócio, e vejamos:  
- Quando questionado relativamente à possível privatização da água, respondeu que se entrassem capitais privados nesta parceria, automaticamente o contrato entrava em caducidade, porém, não é o que consta nos documentos que nos foram entregues.

- No caso da caducidade, os segundos outorgantes (municípios) terão o dever de comprar ações à EGP, Entidade Gestora da Parceria, detidas pela ADP, Águas de Portugal, e dizemos, em forma de interrogação, qual será o Município que terá saúde financeira para colmatar uma hipotética caducidade?

- Foi respondido à Comissão Permanente que NUNCA haveria o risco de privatização, se analisarmos os estatutos das Águas do Alto Minho, S.A., diz-nos que:

“A sociedade poderá ter ações de Categoria B que poderão ser subscritas por pessoas coletivas, de direito privado ou de direito público, mediante prévia deliberação favorável da Assembleia-Geral da Sociedade” *Número 4 do Artigo 5.º dos Estatutos das Águas do Alto Minho, S.A.*

“As deliberações sobre a conversão das ações da Categoria A em ações de Categoria B, e das ações da Categoria B em ações de Categoria A, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos” *Número 5 do Artigo 19.º dos Estatutos das Águas do Alto Minho, S.A.*

“Deliberações sobre a conversão das ações da Categoria A em ações da Categoria B, e ações da Categoria B em ações da Categoria A” *Alínea k), Número 2, Artigo 18.º, Estatutos das Águas do Alto Minho.*

Por todo o exposto solicitamos ouvir o parecer e aqui vou fazer uma retificação, dos advogados, membros desta Assembleia Municipal, o Dr. Paulo Esteves do PSD e o Dr. José Nogueira do PS, (a Dra. Ana Tomé) para que possam dar o seu parecer jurídico relativamente a esta matéria antes da votação desta moção, para que todos os elementos desta Assembleia possam votar em consciência.

Tomando em consideração:

- a forma apressada em como todo este processo nos foi apresentado,
- as graves lacunas jurídicas que pesam pela negativa para o lado dos Municípios nos contratos que se propõe celebrar com os mesmos,
- na extensa duração do mesmo, 30 anos,
- no facto de o nosso concelho ter água suficiente para se auto abastecer sem haver o problema de escassez de água,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2018

- pelos trabalhadores afetos ao serviço das águas estarem em risco de perda de Direitos, segundo contesta o próprio STAL, \_\_\_\_\_  
- por não ter havido tempo útil para que Presidentes de Junta, e outras entidades, se pronunciarem e inclusivamente encontrar conjuntamente uma alternativa mais viável para o concelho e as suas populações. \_\_\_\_\_

- por a própria população desconhecer o âmbito deste negócio e as implicações que o mesmo vai acarretar, \_\_\_\_\_

- por colocar em causa, inclusivamente, a estabilidade financeira das atividades comerciais que laboram em Valença, nomeadamente as pequenas e médias empresas, \_\_\_\_\_

- que a EGP será constituída no prazo de 15 dias a contar da data da assinatura do presente Contrato. \_\_\_\_\_

Propomos que nesta matéria sejam esclarecidos e ouvidos, antes da assinatura ou formalização contratual com qualquer entidade, os: \_\_\_\_\_

- Presidentes de Junta de Freguesia (não só os representantes dos mesmos), mas sim todos \_\_\_\_\_

- Vereadores \_\_\_\_\_

- Deputados Municipais \_\_\_\_\_

- Técnicos Superiores do Sector de Águas deste Município \_\_\_\_\_

- Funcionários do Sector de Águas \_\_\_\_\_

- Representantes da Associação Comercial e Industrial de Valença \_\_\_\_\_

- Advogados desta Autarquia \_\_\_\_\_

Assim esta Assembleia decida que seja constituída uma Comissão Alargada de Águas e Saneamento. Valença, 29 de Junho de 2018, a signatária Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó” \_\_\_\_\_

Prosseguindo, foi dada a palavra ao Membro **Sr. Óscar Silva**, para proceder à leitura do voto de pesar pelo falecimento do Dr. António Arnaut. apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista: \_\_\_\_\_

**VOTO DE PESAR DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PELO DR. ANTÓNIO ARNAUT**

A 21 de maio o país recebe a notícia da morte do Dr. António Arnaut, aos 82 anos. O Partido Socialista perdeu um dos seus fundadores e o seu presidente honorário, mas sobretudo o país perdeu uma incontornável referência ética e política, uma perda irreparável para todos os democratas portugueses. \_\_\_\_\_

A vida de António Arnaut foi um exemplo de abnegação e dedicação na luta pela Liberdade, pela Democracia e pela reivindicação dos direitos sociais para todos os cidadãos portugueses, que teve como obra maior o seu papel fundamental na criação do Serviço Nacional de Saúde em 1979, sendo por isso considerado o seu “pai”, na sua batalha incessante por serviços públicos de qualidade. O SNS Português é, ainda hoje, uma referência e um caso de sucesso estudado internacionalmente e é também um dos pilares do nosso Estado Social e um garante de igualdade para todos os cidadãos no acesso ao serviço de saúde pelo seu carácter universal e tendencialmente gratuito. \_\_\_\_\_

Grande resistente e combatente antifascista, António Arnaut foi um dos participantes na reunião fundadora do Partido Socialista, em Abril de 1973, e depois do 25 de Abril de 1974 serviu o país defendendo os valores em que acreditava com um entusiasmo e com uma determinação vibrantes. A sua voz e os seus conselhos permanecerão como uma referência na ação política nacional. E a sua ação como um legado incontornável da Democracia Portuguesa, deixando-nos em mãos um dos principais ativos de Portugal: o Serviço Nacional de Saúde. \_\_\_\_\_

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe, na presente sessão da Assembleia Municipal, a aprovação deste voto de pesar, apresentando as suas mais sentidas condolências a toda a família de António Arnaut, e partilhando da dor e consternação de todos os democratas portugueses. Saibamos estar à altura do seu legado. Até sempre, António Arnaut! Valença, 29 de junho de 2018. Os deputados municipais subscritores deste voto de pesar” \_\_\_\_\_

Terminada a leitura do Voto de Pesar, **o Sr. Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao Membro Sra. Ana Tomé para ler o voto de louvor ao Ex- Arbitro Rui Fernandes apresentado por este: \_\_\_\_\_

**VOTO DE LOUVOR AO EX- ARBITRO RUI FERNANDES**

No passado dia 4 de junho o árbitro valenciano Rui Fernandes “pendurou o apito” no jogo da final da Supertaça de Viana do Castelo, fechando assim um ciclo de 23 épocas consecutivas na arbitragem de futebol. \_\_\_\_\_

O árbitro Rui Fernandes iniciou a sua carreira com 17 anos, tendo arbitrado mais de 2300 jogos com passagem pelos campeonatos da Federação e da Liga Portuguesa de Futebol Profissional. \_\_\_\_\_

Dos 23 anos, como árbitro, Rui Fernandes cumpriu 14 épocas consecutivas em campeonatos da Federação Portuguesa de Futebol e esteve a um passo de chegar à primeira liga. \_\_\_\_\_

Este “pendurar do apito”, ao fim de 23 anos, mereceu um destaque a nível distrital e nacional com notícias de primeira página na imprensa distrital, como *Correio do Minho*, de tiragem diária, e *Semanário Alto Minho*, entre outros, e da imprensa nacional, como o *Jornal de Notícias*, tendo sido destacado sempre como um valenciano de respeito na arbitragem de futebol. \_\_\_\_\_

Fruito da sua carreira, capacidade e persistência, ao longo de 23 anos, tornou-se uma referência como árbitro de futebol, levando assim o nome de Valença, de onde é natural e reside, pelas terras onde arbitrou, tornando-se uma personalidade desportiva que honra e representa o nosso concelho com elevado mérito. \_\_\_\_\_

Pelos motivos indicados, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe na presente sessão da Assembleia Municipal de

Valença este voto de louvor, prestando assim um merecido reconhecimento ao ex-árbitro Rui Fernandes! Valença, 29 de junho de 2018. Os deputados municipais subscritores deste voto de louvor”. \_\_\_\_\_

Terminada a leitura de todos os documentos apresentados à mesa foi solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata um **intervalo** para análise dos mesmos. Para o efeito, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** propôs a interrupção da sessão por dez minutos, que se efetivou das **10h10m às 10h20m**. \_\_\_\_\_

Retomados os trabalhos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para discussão do “**Voto de Louvor ao Ex – Arbitro Rui Fernandes**” acima transcrito, tendo-se inscrito o Membro Sra. Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Inês Ferreira**, após as habituais saudações, referiu que a posição do Grupo Municipal do PSD relativamente à atribuição do voto de louvor a Rui Fernandes, do qual teve o gosto e o prazer de ser professora, seria a favor. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para discussão do “**Voto de pesar do Grupo Municipal do Partido Socialista, relativamente ao falecimento do Dr. António Arnaut.**” acima transcrito, tendo-se inscrito os Membros Srs. Inês Ferreira e José Nogueira. \_\_\_\_

- O Membro **Sr. José Nogueira**, antes de mais, confessou que sendo parte interessada esperava não se emocionar ao falar do Dr. António Arnaut, porque foi o seu patrono e com ele viveu e conviveu e, com a sua família, muito tempo. \_\_\_\_\_

Para além do que se encontra expressado no texto do voto de pesar, e de forma a expressar os seus sentimentos para com este Sr. procedeu à leitura de alguns excertos de livros que o Dr. António Arnaut escreveu, nomeadamente, “*As Noites Afluentes*”, que traduzem um bocadinho o pensamento profundo dele sobre o que é o mundo, a justiça e a injustiça \_ “*Não me conformo com as pequenas injustiças, aceito as grandes porque são inevitáveis, como as catástrofes, e atestam a importância dos deuses. Aquela criança descalça apenas precisava de uns sapatos, se tivesse nascido sem pés não era tão grande a minha revolta.*” \_\_\_\_\_

Recordou um julgamento de - “bagatela penal de uma senhora que tinha 86 anos” - no qual o Dr. Arnaut decidiu suspender as perguntas, quando verificou que o Sr. Dr. Juiz não estava atento e a desvalorizar o julgamento. Quando interrogado se já tinha terminado, o Dr. Arnaut respondeu que apesar de ser uma bagatela penal, há julgamentos e julgamentos, e que se tratava de um julgamento da vida de uma senhora de 86 anos, que veio para se fazer fazer justiça, pelo que iria reiniciar o interrogatório e que esperava que o Sr. Dr. Juiz estivesse atento para depois decidir com justiça. Esta era uma das maneiras de ser do Dr. António Arnaut. Também foi membro da Ordem do Conselho Geral. Enfim, um homem com uns valores morais do melhor, do mais profundo que existem. \_\_\_\_\_

Nasceu na aldeia de Penela e dela saiu para Coimbra, participou na resistência ao Estado Novo, foi fundador do PS e a certa altura afastou-se da política porque achou que a política estava conspurcada, quando lhe quiseram dar um cargo recusou\_ “Não, eu vim pobre, eu vou pobre”\_, assim como também utilizava muito a frase “A necessidade da sobrevivência é o pão da fraternidade”. \_\_\_\_\_

Mais referiu que, apesar do ser do Partido Socialista, pelo seu escritório passavam pessoas de todos os

partidos, era amigo de toda a gente, porque ele dizia que, efetivamente, o futuro é uma construção coletiva. A este propósito, mencionou que aquilo que é importante reter é que o futuro, por exemplo, o de Valença, passa pela construção coletiva e não pelo poder, não pela oposição, têm consciência que não têm que votar tudo contra, apenas porque estão do lado oposto. Quando as coisas são boas ou quando acham que são boas votam a favor. Mas isto naquela altura, em que o Dr. António Arnaut exerceu a política, não era muito bem compreendido, era uma guerra, contido este foi sempre o seu pensamento. \_\_\_\_\_

Terminou, mencionando outro excerto da obra *As Noites Afluentes*. “*Se penso, existo; se falo, existo para os outros, com os outros. A necessidade é o lugar do encontro, procuro os outros para me lembrar que existo, e existo porque os outros me reconhecem como igual. Por isso a minha vida é parte de outras vidas, como um sorriso é parte de uma alegria breve. Breve é a vida e o seu rasto, a posteridade é apenas a memória acesa de uma vida efémera. Para que a memória não se apague temos que nos dar uns aos outros, como elos de uma corrente ou pedras de uma catarata.*” \_\_\_\_\_

- O **Membro Sra. Inês Ferreira**, referiu que subscrevem o voto de pesar relativamente à morte daquele que foi o “pai” do Serviço Nacional de Saúde, assim como a última afirmação “Saibamos estar à altura do seu legado.” Era interessante e importante que o atual Governo, no estrito respeito pela memória do Dr. Arnaut, concretizando o alerta que ele proferiu antes de falecer, não sufocasse o Serviço Nacional de Saúde e continuasse a cuidar dos portugueses com a qualidade que eles merecem. Finalizou, mencionando que aprovam o acima citado voto de pesar. \_\_\_\_\_

Por último, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para discussão da moção “**Contrato de Parceria**”, apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP - PEV” acima transcrita, tendo-se inscrito os Membros Srs. José Nogueira e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. José Nogueira** referiu que leram atentamente a moção da Coligação Democrática Unitária, e obviamente que ao aprovarem, se aprovarem a moção, a consequência jurídica necessária será a retirada do ponto da ordem de trabalhos. Mais, quando a CDU, nessa mesma moção solicita a emissão de um parecer jurídico do próprio, referiu que costuma a dizer que não é jurista, é advogado. Independentemente disso, a CDU tem razão, porque é manifestamente impossível para qualquer um dos presentes, seja jurista ou não seja jurista, seja advogado ou não seja advogado, votar, em consciência, sem nenhum estudo muito mais aprofundado de um documento com 400 folhas de escrita cerrada. Por outro lado, envolver o Município de Valença e outros Municípios numa parceria quando já possuem informação de mal funcionamento de outras parcerias, parece-lhe descabido. A propósito desta parceria questionou se a empresa Águas de Portugal vier a ser privatizada, se a Câmara teria que comprar os seus ativos, que ainda não percebeu muito bem como é que foram avaliados. Só para dar algumas achegas, ações do tipo B, ações do tipo A, uma parceria pública, mas que pode vir a ser uma parceria privada, então é uma parceria pública com uma expectativa de que a Águas de Portugal não seja privatizada, mas ela pode vir a ser privatizada. Nada impede que num ulterior Governo tal aconteça. Período de vigência uma brutalidade. Questionou se já leram o documento, designadamente, no que concerne à revogação, denúncia e o que teremos de pagar se quisermos sair. Não tem dúvidas nenhuma que a água vai

aumentar. Questionando se precisamos assim tanto disto e se lhe disserem que não é uma questão política, porque há Municípios do PS que aderiram a esta situação e há outros que não, o PSD idem, é bom, é mau, há primeira vista e em jeito de comparação, mencionou o processo da agregação de Freguesias. \_\_\_\_\_

A Câmara de Valença e as outras Câmaras continuam a atirar com competências pela borda fora e que qualquer dia a Câmara Municipal de Viana do Castelo dominaria todas as outras. Considerou, inclusivamente, ridículo que seja o Tribunal de Braga a dirimir em caso de litígio. Outra questão, é não se compreender muito bem como é que vão ser as remunerações, até porque, na sua opinião, nenhuma empresa se meteria numa parceria para perder dinheiro. Fundamentar a celebração da parceria para ter mais pujança nas candidaturas a fundos comunitários, não é claro, na medida em que considera que os Municípios não ficam vedados dentro do programa comunitário de pedir por si esta situação. O Município andou tantos anos a investir em águas e saneamento. Mais referiu que quando dizem que o PS, em Valença, também votou a favor da água em baixa, mencionou que foi quase uma imposição. Em jeito de comparação referiu a imposição da Câmara na celebração de contratos-programas com as Juntas de Freguesia. Na altura teve a oportunidade de o dizer. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, no que concerne à parceria mencionou que o tempo que dispunha não lhe dava para analisar as 400 folhas do processo. O fundamental da proposta do PCP é a necessidade de tempo para estudar, analisar os prós e os contras, contudo no que às caducidades e aos prazos para constituição diz respeito referiu que, sinceramente, não se entendem. Termos em que pelo mencionado votarão contra porque o PS vai votar separadamente, esperando que os outros partidos também o façam, assim como, quem votar favoravelmente, que o faça a pensar no futuro. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** mencionou que nesta intervenção iria cingir-se apenas ao conteúdo da moção ora apresentada, não obstante considerar que para o fazer teria que fazer alguns considerandos a propósito daquilo que iria ser discutido no ponto 9º. \_\_\_\_\_

O propósito da CDU de emissão de pareceres por parte dos Srs. Dr. Paulo Esteves e o Dr. José Nogueira, mencionado na moção “Contrato de Parceria”, para que a votação seja feita em consciência, parece-lhe que terão a oportunidade de o fazer quando o assunto for discutido e apreciado no ponto 9º conforme agenda de trabalhos da presente sessão. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, referiu que não é correto dizer-se que existe água suficiente em Valença, porque se assim fosse no verão passado algumas das freguesias do concelho não teriam tido problemas graves como tiveram com a escassez de água. Valença não é auto suficiente, existe escassez de água, porque para além de estar a utilizar furos, como sempre utilizou, também está a utilizar a água do Rio Minho, como fossa e manancial para consumo humano. \_\_\_\_\_

Quanto à afirmação que é feita na moção de que os trabalhadores estarão em risco de perda de direitos, pelo que percebeu os trabalhadores podem exercer a opção de continuar na autarquia ou de concordar com um regime de mobilidade para a empresa que, entretanto, surgir. \_\_\_\_\_

Mais, questionou se o intuito da proposta, apresentada na moção, de audiência de representantes de entidades como, por exemplo, uma Associação que não existe, a Associação Comercial e Industrial de

Valença, e a constituição de uma Comissão Alargada de Águas e Saneamento, pelos Presidentes de Junta, pelos Vereadores, etc, seria para apurar a despesa que o Município tem para fazer chegar aos consumidores a água ou de quanto é que consumidores terão que pagar pelo metro cúbico de água questionando, se quando usufruem da água para as mais diversas necessidades diárias de casa, sejam elas para regar o jardim, para lavar o carro, para descarregar o autoclismo, para tomar banho, etc fazem a reflexão do seu valor por metro cúbico. \_\_\_\_\_

Por último, voltou a reforçar que dever-se-á ter consciência que se, no século XX, os conflitos regionais, para não dizer mundiais, eram à volta do petróleo, fonte de energia imprescindível, no século XXI os conflitos irão ser à volta da água. \_\_\_\_\_

Terminada a discussão de todos os documentos apresentados, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal começou por colocar a **votação o “Voto de louvor do Ex- Arbitro Rui Fernandes”**, tendo, num universo de 27 Membros, sido aprovado por **unanimidade**. \_\_\_\_\_

Seguidamente, colocou o **“Voto de pesar pelo falecimento Dr. António Arnaut”** a votação, tendo, num universo de 27 Membros, sido aprovado por **unanimidade**. Foi proposta e efetuado um minuto de silêncio em sua homenagem. \_\_\_\_\_

Por último, colocada a votação a moção de **“Contrato de parceria”**, a Assembleia Municipal, num universo de 27 Membros, deliberou, **por maioria, rejeitar com 17 (dezassete) votos contra** dos membros Srs. Alberto Luís Oliveira Vilas; Elisabete Frade Lopes Viana; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira, **1 (uma) abstenção** do Membro Sr. Paulo Jorge da Cunha Esteves e **9 (nove) votos a favor** dos Membros Srs. Vitor Manuel Costa de Oliveira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; José António Lopes Nogueira; Ana Cláudia Gomes Moreira; Carlos Aleixo Pereira Gomes; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; António Joaquim Dias e José Manuel Montenegro Roda. \_\_\_\_\_

## INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Francisco Romeu, Óscar Silva, José Nogueira, Isabel Vaz, Paula Natal, Aurélia Correia e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sr. Francisco Romeu**, após as habituais saudações, referiu que todas as freguesias do Concelho possuem um protocolo com o Município no qual está contemplada a limpeza de vegetação que a cada uma diz respeito, no entanto as condições climatéricas com que o Alto Minho se debate, nesta estação do ano, têm proporcionado o crescimento rápido da vegetação, dificultando a sua limpeza mediante os recursos humanos de que dispõem para a respetiva área territorial. Apesar de todos os esforços desenvolvidos para o recrutamento de meios humanos, através de candidaturas no IEFP, a



realidade é que este não existe resposta para estas funções. As candidaturas estão a demorar demasiado tempo. Por outro lado, a crescer a esta dificuldade têm tido, também, a falta de recursos financeiros suficientes para o respetivo recrutamento. Por exemplo, como a vegetação cresce muito rápido, no caso da sua Freguesia necessita de 4 trabalhadores, a tempo inteiro, para efetuar a limpeza integral. Temos em que, na qualidade de representante dos Presidentes de Juntas, alertou o Município que apesar de todo o esforço financeiro desenvolvido por todas as freguesias para que a limpeza da vegetação na sua área de competência seja feita atempadamente com os recursos de que dispõe, existem críticas a nível geral e ausência de bom senso que os revolta. \_\_\_\_\_

– O **Membro Sr. Óscar Silva**, após as habituais saudações, referiu que após a constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, AECT do Rio Minho, decorreu o primeiro Fórum do Rio Minho, no qual o Sr. Presidente da Câmara referiu que esse agrupamento é uma voz política muito importante da região. Do fórum saiu a garantia que será delineada uma estratégia de cooperação inteligente entre os 10 Municípios da região do Alto Minho, e os 16 Municípios galegos da província de Pontevedra, aderentes para a candidatura ao quadro comunitário de apoio 2030, o que o levou a questionar, em termos concretos e práticos, no que pode resultar tal agrupamento de cooperação transfronteiriço, e que tipo de investimentos daí podem advir relativamente ao próximo quadro de fundos europeus com impacto para este concelho. \_\_\_\_\_

Voltou a reforçar o alerta em relação às preocupações existentes na zona da Senhora da Cabeça, nomeadamente, no que concerne ao estado de conservação e manutenção da ecopista do Rio Minho\_ degradação dos estrados e corrimões de madeira que existem ao longo do circuito da ecopista; falta de limpeza de vegetação nas margens\_, à falta de iluminação que incorre na falta de segurança. Há uns dias viu umas fotografias que sustentam o que acabou de referir, no que concerne à falta de limpeza de vegetação na ecopista e inclusivamente que esta chega a invadir o respetivo piso ao longo de todo o seu traçado\_Valença, Ganfei, Friestas\_. Em Friestas, existem zonas em que o piso da ecopista está completamente coberto de areia e terra, sem qualquer procedimento de remoção. \_\_\_\_\_

O facto de considerar excelente Valença ter uma das principais vias verdes da Europa, não deve descurar esse estatuto, porque as situações relatadas são um péssimo cartão-de-visita para o nosso concelho, sobretudo nesta época, em que a afluência turística atinge o seu auge, alertando o Município e as Juntas de Freguesia do nosso concelho para cuidado e atenção redobrados na sua manutenção e limpeza. \_\_\_\_\_

Por último, referiu que nos últimos anos tem vindo uma equipa de Bombeiros Voluntários de Camarate, Lisboa, apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença no combate aos incêndios, nomeadamente na época crítica, entre julho e setembro. Este ano, ao que parece, a Autoridade Nacional da Proteção Civil após ter contactado o Município de Valença - supostamente responsável pela logística e alimentação dessa equipa de bombeiros - não obteve qualquer resposta, e segundo informações, esta equipa que nos últimos anos esteve em Valença este ano está destinada para o Concelho de Monção. Temos em que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre aquilo que poderá ter acontecido para que isto sucedesse. \_\_\_\_\_

– O **Membro Sr. José Nogueira**, após as habituais saudações, alertou para a necessidade de reparações

Seguidamente, solicitou informações, porque não se percebe o que se passa, sobre o motivo de ainda da estrada em Gondomil estar inacabada, assim como outras, contudo como já passaram as eleições esta até percebe. Mais se já está programada requalificação do piso da Estrada Nacional Valença-Monção, pelo menos, o alargamento em certas zonas das faixas, atendendo ao que o Sr. Presidente da Câmara já disse a esse propósito. Com o estado do piso em que se encontra a EN 101, atualmente o tempo que demora a fazer o percurso Valença\_ Monção duplicou. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Isabel Vaz**, após as habituais saudações, mencionou que a sua intervenção iria versar sobre a nova panorâmica do Centro Saúde e o investimento realizado nas suas imediações, na reestruturação e alargamento do parque de estacionamento de automóveis, que se converteu numa excelente mais-valia, pela recuperação à *priori* 5 lugares de estacionamento, melhor acessibilidades para os utentes e melhor fluidez no acesso à porta de entrada principal do Centro de Saúde, para as viaturas de emergência médica, transportes de utentes e *staff* profissional das mesmas. Ficou com duas saídas com apenas um sentido de circulação, originando parque para mais 9/10 lugares de estacionamento, assim como, a rotunda existente passará a uma meia-lua, proporcionando também mais lugares de estacionamento e fluidez no trânsito. Mais-valia, bons e melhores passeios, rampas de acesso para quem circula em cadeira de rodas ou com outros meios de ajudas técnicas de marcha, ficando estes menos comprometidos e com menor risco de quedas. Finalizou, engrandecendo o trabalho desenvolvido nas áreas verdes deste local pelos profissionais de jardinagem do Município, proporcionando mais beleza e harmonia ao Centro de Saúde deste Concelho. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Paula Natal**, após as habituais saudações, começou por salientar os eventos que irão decorrer durante o próximo mês de julho, designadamente, de 20 a 24 mais uma edição do Festival de Piano da Eurocidade, com a presença de artistas reconhecidos internacionalmente, incentivando os presentes na sessão a presenciar, principalmente a desfrutar, daquilo que é boa música. A cultura de Valença também passa pela boa música, o folclore, etc. \_\_\_\_\_

Seguidamente, versou a sua intervenção na aposta acertada do Município na valorização dos Caminhos de Santiago, como sendo o caminho central e o da costa, dada a afluência de peregrinos que, diariamente, se verifica nas ruas de Valença, traduzindo-se numa maior economia, por exemplo, para as unidades hoteleiras. Não deixou de salientar também, a afluência de peregrinos ao “Café Mineiro do Tó”, sito em Cristelo-Côvo, degustando aquilo que de mais típico tem a freguesia e inclusivamente levam recordações fotográficas dos locais por onde passaram e das pessoas com quem estiveram e por que foram atendidas. Algumas destas unidades hoteleiras adaptaram-se a todas as necessidades e àquilo que os peregrinos necessitam, no entanto, deixou um especial alerta para a mais valia de preservar o saber receber e cuidar esta afluência de forma a que nos peregrinos permaneça o anseio de voltar. É importante evoluir, mas de forma correta e consciente. \_\_\_\_\_

Seguidamente, referiu as atividades de Verão que o Município iria proporcionar às crianças e Jovens para descontraírem, desgastarem energias, como sendo, o “Fun Kids” onde reina a aventura, animação e

diversão e, ainda o “OTL” ocupação dos tempos livres para jovens, nas várias áreas, permitindo-lhes evoluírem como pessoa e como seres humanos. Agradeceu e felicitou o executivo por ter contemplado Valença com diversos eventos e atividades culturais e desportivas, assim como, pela bela ideia de colocar um ecrã gigante no Jardim Municipal de forma a proporcionar aos Valencianos a possibilidade de assistirem aos jogos do mundial de futebol. A Câmara Municipal criou condições para que nesta época todos pudessem ver a seleção de Portugal e não só a jogar. A projeção foi, sem dúvida, um sucesso, na medida em que criou uma dinâmica à volta do Mundial de futebol que pelo facto de ser no Jardim Municipal um lugar central e de passagem ao mesmo tempo, verificando-se a adesão de famílias inteiras, grupos de amigos, etc. \_\_\_\_\_

Por último e de forma elevada, referiu o orgulho que é ter um valenciano na equipa técnica da seleção Portuguesa no Mundial de Futebol, na alavanca de Portugal, como sendo uma peça fundamental. Dirigiu ao Valenciano João Costa um forte abraço, felicitando, ao mesmo tempo, a mãe pelo seu desempenho. \_\_\_\_

- O **Membro Sra. Aurélia Correia**, após as habituais saudações, congratulou-se, mais uma vez, por Valença ter comemorado o Dia Mundial da Criança, dia 5 de junho, celebrado no Parque das Merendas de Gondomil, com festa e alegria entre pais e filhos, porque pelo mundo inteiro, existem crianças sem cuidados mais básicos, sem saúde, sem alimentação, sem amor, sem segurança, sem alegria. Finalizou, agradecendo à Câmara Municipal e a todos os que colaboraram nesta iniciativa, incluindo a a rede social, CPCJ, Comissão de Pais, entre outras pessoas. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sra. Inês Ferreira**, após as habituais saudações, mencionou que, na área da saúde, Valença continua com carências, não tem sido bafejada pelo poder central. Tendo tido conhecimento do interesse do Grupo Trofa em instalar um hospital privado no prédio do antigo Mercado, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se possui alguma informação ao respeito, e se sim quais as valências que serão instaladas e quantos postos de trabalho surgirão. \_\_\_\_\_

Entretanto, já todos tiveram a oportunidade de verificar o benefício municipal na respetiva declaração de IRS, relativamente aos rendimentos de 2017, pelo que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem conhecimento do valor aproximado do qual a autarquia, este ano, abdicou em favor dos seus munícipes, no que ao IRS diz respeito. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder à questão que lhe foi colocada no período de intervenção do público, pelo Sr. Luís Araújo, que a receita da água em 2017 foi cerca de 890.000,00€ (oitocentos e noventa mil euros). \_\_\_\_\_

Em relação a toda a problemática da limpeza das Freguesias, da erva que cresce à beira da estrada, mas também à porta das pessoas, as Freguesias, no âmbito da delegação de competências, recebem uma verba para o efeito, que a devem ajustar em especial num contexto de condições climatéricas favoráveis ao

crescimento rápido da vegetação. Exemplo do mesmo é a Fortaleza, em que foram obrigados a suspender o corte da vegetação numa semana para reiniciar noutra, e assim sucessivamente. É um serviço de difícil gestão para a execução da limpeza na sua totalidade quando as condições climáticas assim não o permitem, no entanto não deixou de referir que apesar de não ser agradável à vista e existir a necessidade de prestar explicações, tem noção de que as condições climáticas não são controláveis e por conseguinte o que daí deriva também não, assim como, que a população deve ser sensibilizada e educada no sentido de efetuarem a limpeza das suas propriedades que confrontam com a via pública. Contudo, tem existido o cuidado de, pelo menos em época de festa, em cada uma das paróquias, as ruas estarem limpas. \_\_\_\_\_

Seguidamente, esclareceu que a terra depositada na Ecopista na zona de Friestas resultou da construção de uns muros/aceessos a uma moradia nova, no lugar da Barreira, em que o empreiteiro não se apercebeu que ao tirar a goma de cimento do paralelo, os resíduos da mesma escorreram para a Ecopista que está mais abaixo, no entanto o construtor foi alertado para proceder à remoção dos resíduos, entretanto solucionado. Quanto à questão da renovação das madeiras em todo o traçado da Ecopista do Rio Minho reconheceu que apesar de já terem feito alguns melhoramentos existe a necessidade de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver neste domínio, possuindo para o efeito alguns orçamento, no seu entender elevados em termos de valor. \_\_\_\_\_

No que concerne ao AECT - Agrupamento de Entidades de Cooperação Transfronteiriça, a pretensão é de que seja a voz política dos Municípios da fronteira junto da União Europeia, no sentido de alertar para o facto de que apenas 20% das verbas designadas para a cooperação transfronteiriça ficam no espaço territorial da fronteira, os restantes 80% são distribuídas para o Porto, Braga, Lisboa. Sempre que um dos parceiros das candidaturas é dessas localidades, têm a sua quota-parte. Uma série de empresas da Figueira da Foz conseguiram arranjar verbas substanciais no POCTEP, que não faz qualquer sentido, mas o que é facto é que havia parceiros da Portucel, da Soporcel, que faziam parte de uma parceria de Cárceres, que obtiveram percentagem muito superior ao Município de Valença. A par desse objetivo, possuem outro que é a elaboração de um documento estratégico para o próximo quadro comunitário 2030, de forma a criar áreas quase exclusivas para a zona de fronteira. No caso português a zona de fronteira vai até Arouca, o que, no seu entender, não faz qualquer sentido, mas também se pode candidatar a fundos de cooperação transfronteiriça. Compreenderia que a área de territorial de fronteira fosse até ao Concelho de Viana do Castelo. Foram alargando, pelo menos do lado português, querendo agradar a toda a gente, mas a verba que fica na zona de fronteira, em termos comunitários, é muito reduzida comparativamente aquela que é distribuída para restante área de cooperação. Já iniciaram diligências no sentido de definir um pacto para a região, como se fez para outros territórios, para que as verbas da cooperação, ou pelo menos uma boa parte delas, fiquem aqui no nosso território, contudo tem noção de que há muito trabalho político para fazer, mas também técnico-científico para preparação dos documentos de suporte às intenções políticas. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, em relação à informação que o Membro Sr. Óscar Silva possui sobre os “Bombeiros Voluntários de Camarate”, não é igual à sua, frisando que o devem ter informado mal. \_\_\_\_\_

Seguidamente, informou o Membro Sr. José Nogueira que a Estrada do Emparcelamento é da

competência e domínio da Direção Regional de Agricultura, contudo o Município tem substituído esta entidade no que concerne a pequenas reparações, nomeadamente, piso e contenção de margens. O piso ficará solucionado, brevemente com a passagem da nova ecovia, que vai levar um corredor de 1,5m a 2m de passadiço. \_\_\_\_\_

Relativamente à obra de repavimentação na freguesia de Gondomil, mencionou que se encontra em fase de conclusão. A derrapagem no prazo está relacionada com a execução de um remate em cubo nas bermas, sobretudo na zona da igreja e da antiga escola primária, que inicialmente não estava previsto e que foi solicitado pelo Sr. Presidente da Junta no decurso da obra. O Município já iniciou contactos com os proprietários das pedreiras para redução de cargas em veículos pesados, por forma a não danificar o novo piso. Não aceita a passagem de camiões com 70t, sem que seja assegurada a reposição de piso por parte dos proprietários das pedreiras, que como todos têm conhecimento não há pavimento que resista a este peso. Por exemplo, a Estrada de Friestas não consegue suportar essas cargas. \_\_\_\_\_

Prosseguindo e em relação às necessidades de obra na EN 101, mencionou que é da competência da EP, contudo tem conhecimento de que em Verdoejo, Ganfei e Friestas, já estão a fazer algumas abordagens para aquisição, expropriação de terrenos, para alargamento e para condução de águas, pelo que está convicto que em 2019 esteja adjudicada a empreitada. \_\_\_\_\_

Em relação às obras que decorreram no parque de estacionamento e zona envolvente à ULSAM, informou que mais uma vez o Município substitui outras entidades, em termos financeiros para execução de empreitadas. Neste caso em concreto, a ULSAM não possuía verbas para melhorar as condições de estacionamento e de circulação, pelo que em articulação com o Município e mediante a celebração de um protocolo, as mesmas foram executadas. Para além do que já foi mencionado, acrescentou que vai ser alterada a configuração da rotunda em frente à porta de entrada do Centro de Saúde, para meia lua, de forma a permitir mais estacionamento e melhor fluidez na circulação automóvel. No que concerne à jardinagem, também é executada pelo Município. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, em relação ao conjunto de eventos referidos pela Membro Sra. Paula Natal, mencionou que alguns foram iniciativa do Município, outros foram apoiados por este, com uma adesão muito interessante. \_\_\_\_\_

Quanto ao impacto que os peregrinos têm causado, quer no Caminho da Costa, quer no Caminho Central, em Valença, é extraordinário, estando, atualmente, a passar por Valença cerca de 60.000 peregrinos/ano, com a perspetiva de que em 2021 sejam 120.000. Fazem movimentar a economia em Valença, pelo que considera que deverá existir uma atitude de bom acolhimento para que tenham vontade de regressar. No concelho vai existir mais um albergue, na freguesia de Fontoura, assim como, na zona intramuros estão em processo mais dois albergues/ alojamento local. \_\_\_\_\_

Em relação à saúde, mencionou que existe uma proposta do Grupo Trofa para criar, no edificio do antigo Mercado, uma unidade de saúde, com valência de hospital, com bloco operatório e sistema de atendimento permanente, originando a criação e fixação de 150 postos de trabalhos, assim como, quando todas as especialidades estiverem a funcionar a 100% irão ser criados mais postos de trabalho. Trata-se de um projeto de um grupo privado, em que algumas situações ainda estão por definir, têm tido reuniões com os serviços técnicos e tudo indica que se irá concretizar, contudo ter-se-á que aguardar. Também

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2018  
está em curso um investimento para um laboratório de análises.

Por último, em tom irónico, referiu que talvez aceitasse a sugestão do Membro Sr. Francisco, o Município reduzirá a taxa de benefício fiscal de IRS e os Municípes deixarão de beneficiar dessa taxa que se reflete num benefício/ano de cerca de cento e oitenta mil euros de benefício fiscal de IRS. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** propôs fazer um intervalo quando eram 11h30m. \_\_\_\_\_

Retomados os trabalhos quando eram 11h55m, mencionou que a Assembleia Municipal recebeu, entretanto, um pedido da Câmara Municipal para *introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos*, que foi deliberado ontem em reunião de Câmara, ***“ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU E NOMEAÇÃO DO JÚRI”***. Esclareceu que se trata apenas da nomeação dos respetivos júris e que caso não seja reconhecida a urgência na deliberação do ponto, os procedimentos concursais terão que aguardar que este órgão volte a reunir para ser agendado e deliberado. Termos em que questionou o plenário se reconheciam a urgência do ponto e, em caso de assim o ser, fosse agendado como 10.º ponto, na ordem de trabalhos, extra agenda. \_\_\_\_\_

Antes de deliberar a inclusão deste ponto, o **Membro Sr. José Nogueira** questionou ao Sr. Presidente da Câmara a razão pela qual o ponto não foi contemplado e aprovado com a necessário antecipação de forma a cumprir-se os prazos estabelecidos para ser apreciado por este órgão. \_\_\_\_\_

Em resposta ao seu antecessor **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou que subjacente à constituição do júri dos concursos em apreço existiu a necessidade de recorrer a convites externos, nomeadamente a outros organismos, como por exemplo, às Câmaras Municipais vizinhas. Contudo como a resposta não chegou em tempo útil de forma a enquadrar com o habitual agendamento do órgão deliberativo, solicitou, com base nos fundamentos mencionados pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e de acordo com a faculdade que lhe assiste, prevista no Regime Jurídico das Autarquias Locais, pode deliberar sobre assuntos que não estejam incluídos na ordem do dia, desde que lhe seja reconhecida a urgência por dois terços dos seus Membros e desde que se trate de uma sessão ordinária, que o assunto fosse objeto de deliberação por parte deste órgão. \_\_\_\_\_

Dada a questão colocada pelo representante do Grupo Municipal do PS, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** recordou que o ponto foi aprovado em reunião de Câmara, tendo questionado da pretensão de intervir, tendo-se inscrito o Membro Sr. José Nogueira. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** face à explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, mencionou que não obstante entenderem que o assunto poderia ter sido tratado atempadamente, não iriam prejudicar o bom e normal funcionamento da Câmara Municipal, pelo que o Grupo do Partido Socialista não se iria opor à introdução do ponto em apreço. \_\_\_\_\_

Colocada a votação, foi aprovada, por maioria, num universo de **28 Membros**, a inclusão do ponto “**PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU – NOMEAÇÃO DE JÚRI**” na agenda de trabalhos da presente sessão, conforme o prevê o nº 2 do artº 50º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, em 10º, com a abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó. Foi distribuída a respetiva documentação. \_\_\_\_\_

Terminada o período de antes da ordem do dia, passou-se à discussão e apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

### III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

#### PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Francisco Romeu, Óscar Silva, Paula Natal e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sr. Francisco Romeu** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que o informasse do ponto de situação do Pontão de embarque da Pesqueira, uma vez que, que se está na época de verão e a não ser executado não existirão visitas turísticas. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sr. Óscar Silva** voltou a reafirmar a informação em relação à colaboração dos Bombeiros de Camarate com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença. No intervalo, teve a oportunidade de confirmar novamente que os Bombeiros Voluntários de Camarate estão designados para Monção. Valença e os Valencianos perdem uma equipa que seria importante no período crítico de combate a incêndios para dar o apoio à nossa Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários. Portanto se o Sr Presidente da Câmara dispõe de uma informação diferente, deveria prestar mais esclarecimentos do que aqueles que deu no período anterior. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sra. Paula Natal** solicitou informação sobre o novo processo judicial que consta da documentação da presente sessão, sob o numero 15, relativamente a contadores de água que se encontram instalados num prédio. \_\_\_\_\_

Seguidamente, a propósito de há dias ter ouvido o Sr. Presidente da Câmara Municipal dizer, e muito bem, que Valença é um local com características muito específicas, que quando chove a água que cai no Monte do Faro escoo rapidamente até ao rio, lembrou-o que em frente à Escola Primária de Arão fica muita água retida. \_\_\_\_\_

– O Membro **Sra. Inês Ferreira** questionou se a Câmara Municipal teve algum custo com a construção da nova rotunda que surgiu na Avenida dos Bombeiros. \_\_\_\_\_

Verificou que da listagem de processos e empreitada consta a requalificação da antiga escola primária na Silva, em fase de estudo prévio, tendo questionado a finalidade, assim como, qual a previsão para a execução da reformulação da Escola Básica e Secundária de Muralhas de Minho do Agrupamento de Valença, uma vez que os concursos para a execução da empreitada têm ficado desertos e continua em

fase de concurso. A propósito dos concursos desta empreitada terem ficado desertos, mencionou que em termos de decisões do Governo Central ainda se sente a austeridade, mas em termos de construção civil a austeridade já passou e portanto, os empreiteiros não tem aceitado os preços que a Câmara Municipal propõe para aquela obra, porque caso a austeridade se mantivesse os concursos não teriam ficado desertos. Atenta a que o Sr. Presidente da Câmara já referiu anteriormente que num segundo concurso teve que subir o preço da obra, questionou quantos concursos já se abriram e se neste novo concurso a estratégia foi de aumentar o preço. Pelo conhecimento que tem do processo o Estado Central vai participar com um valor fixo entretanto estipulado por protocolo celebrado entre as partes, termos em que se questionou se esse aumento do valor da empreitada para que o concurso não volte a ficar deserto vai ser suportado pelo Município. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que mantinha tudo quanto tinha dito há pouco em relação aos Bombeiros de Camarate, não tem conhecimento se os Bombeiros de Camarate vão ou não para Monção. Este ano, à semelhança dos anteriores, foi solicitado ao Município a mesma logística (pequeno-almoço, almoço e jantar), contudo foi respondido que Valença proporcionaria o almoço e o jantar, no entanto com base naquilo que sucedeu em anos anteriores, ou seja, na mudança de equipa, o Município tinha que se adaptar aos gostos dos diferentes elementos, pelo que, este ano, decidiram não proporcionar o pequeno almoço. Com respeito à distribuição destas equipas de apoio, informou que este ano face ao ano passado só existe 40% das equipas disponíveis e que iriam ser distribuídos em função do mapa de risco de incêndio das áreas com prioridade máxima (1), como Valença não possui áreas de prioridade 1, mas o Concelho de Monção possui, existe essa probabilidade, contudo se vierem outras equipas, serão distribuídas provavelmente para Valença e para outros concelhos. Até ontem a informação que dispunha do CODIS é de que as corporações disponíveis para este ano iriam ser afetadas ao território em função da carta de riscos de acordo com as orientações para zonas prioritárias. Finalizou, dizendo que o Município está disponível para receber equipas de intervenção quer sejam de Camarate ou de qualquer outra localidade. \_\_\_\_\_

Em relação à questão levantada pelo Sr. Francisco Romeu, a intervenção hidráulica na Pesqueira dos Frades em Ganfei, está concluída. Carecia da autorização da Marinha e como obteve o parecer favorável, o Município procedeu à recuperação da Pesqueira para a sua estrutura original. Dias 12 e 13 de julho, se se mantiverem as previsões meteorológicas, maré baixa, será colocada toda a estrutura de cimento na rampa dos barcos e em simultâneo, efetuar-se-á a perfuração para a marcação do pontão que segundo o ICNF e a APA necessita de um estudo de impacto ambiental, opondo-se ao entendimento da Marinha. Contudo o Município contrapôs por entender que não faz qualquer sentido que um braço com 15m careça de um estudo de impacto ambiental. Existem pontões há imensos anos e em nada se podem comparar a uma Marina. Não obstante tal entendimento, o Município atento a que para a perfuração de petróleo em Aljezur foi retirada a necessidade de fazer um estudo de impacto ambiental, por parte do Sr. Ministro da Tutela, com certeza que para um pontão também o será, pelo que procederá à preparação de toda a



infraestrutura. Relacionado com este assunto existe um outro projeto, que possui candidatura e que se encontra a concurso - “Veigas APE”-, para colocação de plataforma de pesca nas margens do rio. Possui o mesmo tipo de exigências, com parecer favorável de todas as entidades \_\_\_\_\_

Seguidamente, em relação ao processo judicial número 15 informou que se trata de um contencioso jurídico entre particulares, na Av<sup>a</sup>. Miguel Dantas, relacionado com um direito de passagem em que já envolve a retirada, para o exterior, do contador da água da vizinha que está na fachada do seu edifício, dentro do portão. O lesado invoca a sentença do tribunal administrativo em relação à vizinha, contudo no que respeita ao contador, a Câmara considera que não tem que retirar, por se encontrar na propriedade do titular e o lesado ter obrigação de dar passagem/servidão. \_\_\_\_\_

Ainda em relação às questões colocadas pelo Membro Sra. Paula Natal, mencionou que Valença tem vantagens e desvantagens em ter a montanha nas costas e o rio em frente. Compreende que ninguém goste de ter água à porta, mas quando chove na montanha, nos locais em que o piso é desnivelado ou existe alguma intervenção por levar a cabo, a água fica concentrada sem escoamento e isso não acontece apenas à entrada do portão da Escola Primária de Arão, mas sim um pouco por toda área de concelho, sobretudo nas zonas planas. Como na altura da construção da estrada de acesso à zona escolar de Arão, não ficaram acauteladas as águas pluviais e, em frente à escola primária não existem os respetivos coletores, o problema só ficará resolvido com a intervenção nessa estrada desde a Repsol até à passagem de nível. Ao longo dos anos foram-se criando, a este nível, muitos obstáculos em Valença, fruto da preocupação que havia em acautelar o escoamento da água pluvial derivado da ocupação urbana do centro e de alguma rede viária, e que no passado foram-se fazendo as suas ligações ao saneamento, situação que atualmente se reflete de forma muito negativa na resolução de problemas desta natureza. Em alguns casos a solução passa pelo desvio das águas pluviais, aos poucos têm vindo a resolver algumas situações, outras irão ser resolvidas até ao final do mandato, assim como algumas irão demorar mais algum tempo. \_\_\_\_\_

Em relação à questão colocada pelo Membro Sra. Inês Ferreira, sobre a rotunda implantada na Avenida dos Bombeiros Voluntários, junto ao Albergue, referiu que é do conhecimento público que não teve qualquer impacto no erário municipal, foi uma contrapartida pela implantação e instalação do “Continente”, que depois de vistoriada pela IP e realizado o auto de receção, passará para domínio municipal, assim como todo o troço entre as duas rotundas nesse mesma Avenida. De momento o Município irá dignificar o espaço de forma ajardinada e à posterior lançará um desafio para implantação de uma obra de arte. \_\_\_\_\_

No que concerne aos espaços/edifícios das antigas Escolas Primárias mencionou que devem ser reaproveitados e dignificados. O Município apoia a reabilitação desses espaços dentro das suas disponibilidades, em articulação com a respetiva Junta de Freguesia. Hoje já se falou acerca da escola da freguesia da Silva, mas também estão em reabilitação os edifícios das antigas escolas primárias de Sanfins, Taião e Bade. Felicitou os Srs. Presidentes de Junta pela intervenção. Em relação ao espaço da antiga Escola Primária da Silva, existem duas salas, uma afeta aos baldios da Silva e a outra será para uma habitação de emergência, no caso de uma família necessitar temporariamente de se alojar por motivos de litígio com o senhorio/proprietário, que possuam dificuldades económicas e outras carências

sociais, de saúde, emocionais, etc, ter-se-á que ajudar a encontrar uma solução, que poderia passar pela utilização, provisória, desta habitação de emergência (1/2 anos). \_\_\_\_\_

Em relação à E.B. 2,3 S de Valença mencionou que já foi objeto de vários concursos, que ficaram desertos pelo facto de as propostas apresentadas estarem acima do valor base 2.900.000,00€ (dois milhões e novecentos mil euros). Para a reformulação e requalificação desta Escola contam com apoio comunitário de 1.600.000€ (um milhão e seiscentos mil euros), do Estado receberão cerca de 150.000€ (cento e cinquenta mil euros), ficando a diferença a cargo do Município. O projeto sofreu algumas readaptações como sendo a mudança do sistema AVAC, devido à instalação e manutenção ser dispendiosa, sempre na base do respeito pelas normas nesta matéria, sobretudo nos espaços públicos partilhados, por forma a que seja feito o lançamento do novo concurso e para o qual está convencido que irão existir empresas disponíveis a concorrer. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Inês Ferreira, tendo os restante prescindido de intervir. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Óscar Silva** referiu que anotou a justificação do Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão da equipa de Bombeiros de Camarate, não obstante considerar que ter deixado andar este processo até ao fim, fez com que o Município de Monção talvez tivesse intercedido, antecipado até, e por isso efetuado as diligências necessárias para garantir uma equipa que tem muita importância no combate aos incêndios durante o Verão. Portanto, Valença não demonstrou capacidade, poder de negociação, junto das entidades competentes e acabou por perder uma equipa que podia ser muito útil para o concelho. \_\_\_\_

- O Membro **Sra. Inês Ferreira**, partindo do pressuposto de que todos ouviram o Sr. Presidente da Câmara dizer que Valença não possui nenhuma freguesia prioridade 1, na escala de risco de incêndio, pelo que supõe que o anterior interveniente não deve ter percebido que a decisão de possuir uma equipa de apoio aos Bombeiros de Valença, como a de Camarate, não dependeu de uma decisão do executivo. \_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que solicitou uma pequena interrupção nos trabalhos, para ir imprimir o email, que, entretanto, deve ter recebido, porque o email que o Sr. Manuel Lopes lhe trouxe, não tem a resposta de hoje. \_\_\_\_\_

Termos em que após a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu os trabalhos da sessão, por breves instantes, não tendo existido qualquer objeção por parte do plenário. \_\_\_\_\_

**Retomados os trabalhos**, o Sr. Presidente da Câmara Municipal procedeu à leitura do email que lhe foi enviado quer a si como ao Eng. Eduardo, na véspera às 19h07, para que não restam quaisquer dúvidas: \_\_\_\_\_

*“Senhor Presidente da Câmara, acuso a receção do vosso email e que muito agradeço. Tendo sido hoje mesmo confirmado o número de equipas que vêm reforçar o distrito, verificámos uma redução de aproximadamente 40%. Tal situação não nos deixa confortáveis com o futuro, pelo que encetaremos esforços para que de dia 1 de julho a 30 de setembro, o nosso distrito possa vir*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2018

*a ser reforçado na totalidade, conforme inicialmente solicitado e previsto. Contudo, terminámos há pouco tempo a reafetação das equipas de reforço, tendo por base o histórico disponível, a área territorial e a caracterização do potencial de incêndios de retorno elaborada pelo projeto Landscape Risk, Bacia do Alto Minho. Face ao exposto, não será possível alocar uma equipa no Município de Valença no imediato. No entanto, dada a disponibilidade de vossa excelência, pelo que reforço o nosso agradecimento, fica o compromisso de concretizar o pretendido assim que for possível obter mais, obter as equipas em falta. Desde já lamento todo o transtorno causado. Com os melhores cumprimentos, best regards, Vasco”*

Finalizados os esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de maio de 2018, assim como, da Listagem dos processos judiciais pendentes em 21/06/2018 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos; dos compromissos plurianuais assumidos entre 10/04/2018 a 20/06/2018. \_\_\_\_\_

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi sugerido que seria oportuno fazer-se um **intervalo**, acolhida a sugestão, interrompeu a sessão quando eram 11h20m e foi retomada pelas 11h45m. Retomados os trabalhos, informou que, em sede de Comissão Permanente, foi deliberado que os pontos **2º -RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS E 3º - NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO**, fossem discutidos em simultâneo. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 2º – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO 2017**

#### **PONTO 3º – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA 2018**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 14 de junho último, foi presente o Relatório de Gestão e Contas Consolidado 2017, acompanhado da respetiva certificação legal de contas, para apreciação, em cumprimento da obrigatoriedade prevista no artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, dos municípios que detenham serviços municipalizados e ou participem no capital social de entidades do setor empresarial local. \_\_\_\_\_

Por outro lado, de acordo com o previsto no nº 1 do artº 77º do acima citado diploma legal e com a observação de todas as disposições legais definidas no código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a Câmara Municipal propõe, por sua deliberação tomada em sua reunião ocorrida nesse mesmo dia, a nomeação do Auditor Externo para o exercício de 2018, a sociedade Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, SROC, Lda. \_\_\_\_\_

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições aos 2º e 3º pontos do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito os Membros Srs. Inês Ferreira, José Nogueira e Óscar Silva. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Óscar Silva** mencionou que apesar de a sociedade Lopes Vinga, Artur Moreira & Associado, Lda ser das mais antigas do país e de ter trabalhado com os anteriores Executivos Municipais em Valença, consideram que, não obstante o procedimento adotado ser legal, a metodologia deveria ter

sido a de solicitar vários orçamentos com o intuito de averiguar a existência de soluções financeiramente mais vantajosas para a prestação deste serviço. Contudo, pelas provas dadas e pela competência demonstrada pela empresa, mencionou que iriam votar favoravelmente a nomeação da referida sociedade, como auditor externo do Município. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. José Nogueira** mencionou que, dado a extensa ordem de trabalhos e a importância que os pontos para discussão revestem, iria versar a sua intervenção sobre o relatório de gestão e contas consolidado, procurando ser sucinto. Termos em que mencionou que não possuem a mesma visão para Valença e para os valencianos que o atual Executivo e, por mais que este relatório de gestão e contas consolidado formalmente possa cumprir os parâmetros legais, tal não afasta o mau serviço, a inação reinante neste Município, e a não aposta no futuro de Valença e dos valencianos. Concede-se que no período eleitoral alguma coisa foi feita a mais e algumas foram deixadas inacabadas, contudo é mais do mesmo. Como democratas que são, aceitam a vontade do povo valenciano que se traduziu na renovação da confiança nesta equipa. Pelo já mencionado referiu que, obviamente, iriam votar contra. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** lembrou que o relatório de gestão e contas consolidado do Município de Valença deve-se única e exclusivamente à existência da Interminho, que não prejudicou as contas do grupo, antes pelo contrário, melhorou as contas do grupo, com resultados positivos. E relativamente ao auditor externo, evidentemente, pelas razões já apontadas, pela obra feita e trabalho desempenhado, mencionou que votariam a favor. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. Pelo que em relação ao Relatório de Gestão e Contas Consolidado 2017 da Câmara Municipal, mencionou que se rege por normas contabilísticas ou demonstrações financeiras idênticas a qualquer empresa privada, e que decorre do cumprimento da obrigatoriedade dos municípios que detenham serviços municipalizados e ou participem no capital social de entidades do setor empresarial local, prevista nas disposições da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, como é o caso da Interminho, embora existam, depois, mais uma série de sociedades e associações em que o município participa, mas que não têm qualquer impacto para as contas. \_\_\_\_\_

Ainda a este propósito, o Município de Valença continua a deter participação de capital, embora irrisória, no matadouro dos Arcos de Valdevez, contudo já solicitei aos serviços para que o Município, nos termos legais, se desvinculasse dessa participação, devido à sua inatividade de pelo menos 15 anos. Não tem ativo, não tem passivo, se tem contabilidade, não tem Direção, mas está registada no no património do Município. A empresa foi criada na altura no âmbito das candidaturas da União Europeia para um grande matadouro para o Alto Minho, no entanto o Ministério da Agricultura e Pecuária e os operadores privados, não deram seguimento ao negócio, constituindo e registando uma empresa que não teve qualquer atividade. \_\_\_\_\_

Voltando ao relatório consolidado mencionou que não iria dizer muito mais do que já tinha referido aquando da aprovação das contas de gerência de 2017, com uma pequena ressalva que a Sra. Inês

Ferreira já referiu, relativamente a que a Interminho, neste ano de 2017 não prejudicou as contas do grupo, antes pelo contrário, melhorou as contas do grupo. Apesar de o Município continuar com o processo de internalização, a empresa ainda possui um contencioso com a CCDR-N, sem acórdão no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, que a efetivar-se sem a resolução deste litígio iria prejudicar a Câmara. Contudo está convicto da solução do contencioso e aí poderá efetivar-se a internalização da empresa sem qualquer danos colaterais. A empresa possui um património considerável. Existe mais uma unidade, do setor automóvel, interessada em implantar – cerca de 150 trabalhadores – contudo continuam a debater-se com o mesmo problema de sempre, a falta de mão de obra. Está na fase final de obra uma empresa de alumínio e outra unidade de automatismos em início de construção e, ainda, outra com obras de requalificação interna. Se pensarem na mão- de-obra que vai ser precisa apenas para estas unidades, 300/400 pessoas, a oferta não satisfaz a procura, não sabe onde é que a irão recrutar. Isto é condição essencial para que as empresas do sector automóvel, possam ganhar posição em termos de concursos internacionais, em termos de cumprimento de prazos, para fornecimento de peças para alguns modelos, que se assim não for, perdem o negócio. A falta de mão-de-obra, em parte devida à emigração, é um problema transversal aos Concelhos onde a indústria é um foco de desenvolvimento, e um dos constrangimentos para a fixação das unidades empresariais, contudo não os impedirá de continuar a desenvolver o Parque Empresarial. \_\_\_\_\_

Em relação ao auditor externo, dizer ao Sr. Óscar Silva que os revisores oficiais de contas se regem por uma tabela do sector em função do volume de negócios. Embora pessoalmente tenha tido o cuidado de se informar dos valores praticados pelo auditor da Caixa Agrícola, o mesmo é feito pelo Chefe de Divisão Financeira do Município. De acordo com a lei em vigor, no âmbito da execução orçamental, o valor do serviço para esta especialidade em 2018 não pode ser superior a 2017, termos em que quer pelo balizamento do valor a que estão sujeitos e atentos ao desempenho e credibilidade que a Sociedade Lopes Vinga tem vindo a demonstrar e o apoio/exigências procedimentais necessários em relação à Interminho, considera argumentos suficientes para dar continuidade à sua nomeação. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, todos os intervenientes prescindiram de usar a palavra na **segunda ronda**. \_\_\_\_\_

#### PONTO 2º- RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO 2017

Termos em que com base na informação que acerca do assunto foi prestada pelo Chefe de Divisão Financeira sob o nº 034 de 11/06, a Assembleia Municipal apreciou, num universo de **27 (vinte e sete) Membros**, o Relatório de Gestão e Contas referentes ao ano 2017, em cumprimento da alínea i) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

#### PONTO 3º- NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PATA O EXERCÍCIO DE 2018

Finalizada a discussão e apreciação do ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, pelo que a Assembleia Municipal, num universo de **27 (vinte e sete) Membros**, deliberou nomear, por unanimidade, como auditor externo a sociedade “Lopes Vinga, Artur Moreira & Associados,

#### **PONTO 4º – JUÍZES SOCIAIS**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 17 de maio último, com base na informação interna nº 1428/2018 da Ação Social, propõe a aprovação da listagem dos quarenta e cinco elementos, para efeitos de nomeação dos juizes sociais pelo Sr. Ministro da Justiça, conforme o prevê o art.º 37.º do Dec-Lei nº 156/78, de 30 de junho. \_\_\_\_\_

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu abertura a inscrições ao ponto dos Juizes Sociais, tendo-se inscrito Membro Sr. José Nogueira. \_\_\_\_\_

-O Membro **Sr. José Nogueira** mencionou que iria pedir a exclusão do ponto com base no teor do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º156/78, de 30 de junho: “*Os juizes sociais são nomeados por despacho do Ministro da Justiça a publicar em Diário da República.*” A Lista apresentada apesar de cumprir a paridade na totalidade da lista - 23 homens e 22 mulheres -, nos efetivos não a cumpre, - 11 mulheres e 4 homens -, assim como, referiu que alguns dos nomes estão incompletos, não é um documento que se apresente para ser publicado em Diário da República e que, no mínimo, deve ter todos os elementos identificativos da pessoa. Quanto à questão se as pessoas têm ou não que dar autorização para constar da lista, parece-lhe, à priori, que são indicados pela Câmara Municipal e que é uma obrigação que impende sobre as pessoas. \_\_\_\_\_

Outro assunto assunto é a violação da lei de proteção de dados quando se verifica que da listagem constam dados pessoais, como e-mails, contactos telefónicos etc, tendo considerado um mau exemplo para a Câmara Municipal. Termos em que, o ponto não está em condições de ser votado com base nos fundamentos que acabou de mencionar, tendo colocado à consideração da Mesa a sua retirada. \_\_\_\_\_

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi mencionado que de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 156/78, de 30/06 a organização das candidaturas e preparação das listas são da competência da Câmara Municipal, organizadas de forma a que contenham um número de candidatos igual ao triplo do número de juizes sociais estabelecidos para cada tribunal – no caso de Valença são 15, portanto daí a lista de 45 – e, sempre que possível as listas incluirão igual número de candidatos de cada sexo e ainda, os cidadãos identificados terão que ser da área de residência. De acordo com o mencionado diploma legal, a votação das listas é da competência da Assembleia Municipal, remetidas durante o mês de junho ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça e serão nomeados por despacho do Senhor Ministro da Justiça a publicar em Diário da República. \_\_\_\_\_

Termos em que a questão que o Membro Sr. José Nogueira levantou, sobre o nome completo de cada um destes candidatos, são irregularidades de fácil saneamento por parte dos serviços sociais da Câmara Municipal e, portanto, não será impeditivo da continuidade na discussão deste ponto da ordem de trabalhos, no entanto, uma vez que foi formalmente solicitada a exclusão deste ponto da ordem de trabalhos, questionou os líderes dos Grupos Municipais sobre a intenção de intervirem para, à posterior, a mesa decidir sobre o pedido de exclusão. No que ao representante do PS diz respeito, Membro Sr. José Nogueira, já usou da palavra para fazer a proposta e argumentou. \_\_\_\_\_

A propósito da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o **Membro Sr. José Nogueira** mencionou que, apesar de já ter argumentado o seu pedido de exclusão, entretanto “desagumentado” pelo Sr. Presidente da Assembleia, o iria argumentar novamente. \_\_\_\_\_

Termos em que reafirmou que poderá parecer que os formalismos não interessam, porque os nomes estão incompletos, contudo como estão identificadas pelos cargos que desempenham provavelmente se chegue aos nomes das pessoas. A Assembleia Municipal não pode prescindir do cumprimento de formalismos legais, uma vez que será publicado no Diário da República. Referiu, novamente, que embora seja discutível, considera que os cidadãos não terão que dar o seu consentimento e assentimento para constar da referida lista, conforme diz o citado diploma legal “*O exercício do cargo de juiz social constitui um serviço público obrigatório*” Portanto, apesar de obrigatório, por uma questão de respeito, os cidadãos devem ser contactados previamente para o efeito e de forma a fornecer a identificação completa. Estando em causa se a Assembleia Municipal tem que votar com os nomes completos, sugeriu, se entretanto a Mesa decidir não retirar o ponto da ordem de trabalhos, que o ponto passe para o período da tarde e, entretanto, solicite à Câmara Municipal, através dos respetivos serviços, uma lista expurgada dos contactos por violação inequívoca da proteção de dados pessoais e com os nomes completos das pessoas. Neste caso, retirariam a exclusão do ponto e aguardariam que os serviços fizessem chegar o documento nos mencionados termos. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sra. Inês Ferreira** reforçou que o artigo 33.º e 34º do Decreto Lei n.º 156/78 de 30 de junho\_Lei Orgânica do Tribunais Judiciais que regulamenta todo o processo para a nomeação de juizes sociais\_, refere que é da competência da Câmara Municipal quer a organização das candidaturas quer a preparação das listas e em que entidades se poderá socorrer para a sua organização. Apesar de a lista não estar, em termos de identificação, completa, crê que é uma questão de solicitar aos serviços Camarários que acrescentem os apelidos em falta, retirem o email e o número de telefone e então estarão em condições de manter o ponto na ordem de trabalhos. Apesar de considerar que a Câmara não iria enviar a lista, dessa forma, para ser publicada em Diário da República, o seu antecessor tem todo o direito e legitimidade para levantar a questão. Contudo a falta de parte de informação ainda poderá ser sanada sem se retirar o ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. José Nogueira** mencionou que desde que se comprometam a apresentar a listagem nos moldes que mencionou, no período da tarde, não tem inconveniente em votar o ponto quando a mesma for distribuída. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a sugestão de solicitar aos serviços camarários uma lista com os cidadãos devidamente identificados foi aceite, pelo que iria ser solicitada junto do Município, de forma à posteriori ser votada sem qualquer tipo de preconceito e enviada ao Ministério da Justiça. Finalizou, dizendo que a votação do presente ponto iria ocorrer assim que a listagem estivesse disponível e identificada com os nomes completos, bem como que não iria ser discutido novamente. Apesar de a votação ter ocorrido num momento posterior, no período da tarde, em termos de ata, a mesma passa a constar do respetivo ponto. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal, num universo de 28 membros, aprovou, por **unanimidade**, a lista apresentada pela Câmara Municipal, para efeitos de **nomeação dos juizes sociais** pelo Sr. Ministro da Justiça, conforme o prevê o art.º 37.º do Dec-Lei nº 156/78, de 30 de junho. \_\_\_\_\_

Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que se fizesse intervalo para almoço das 13h00 às 14h30. O plenário aceitou a sugestão e a **sessão foi interrompida para almoço às 13h00, para iniciar às 14h30.** \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que estavam em condições de reiniciar os nossos trabalhos, com o necessário quórum, quando eram 14h50. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 5º - CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO E O SPORT CLUBE VALENCIANO**

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião realizada no dia 17 de maio último, de aprovação da minuta do Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município e o Sport Clube Valenciano, foi presente a este órgão a proposta de autorização de assunção do compromisso plurianual nele previsto com início em 2019 com 100.000€ (cem mil euros), 2020-125.000€ (cento e vinte e cinco mil euros); 2021- 125.000€ (cento e vinte e cinco mil euros), perfazendo o total de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros). \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para a discussão do 5º ponto, tendo-se inscritos os membros Srs. Óscar Silva, José Nogueira e Paula Natal. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Óscar Silva** começou por referir que considerando que o Sport Clube Valenciano é uma instituição concelhia de carácter associativo, que visa o interesse público ao nível do desenvolvimento de atividades desportivas de relevância a nível local e promove a prática desportiva em todos os escalões etários, possui a necessidade de um campo de futebol com relva sintética, assim como obras de requalificação na respetiva bancada e balneários, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria a favor do contrato-programa de desenvolvimento desportivo em apreço. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. José Nogueira**, não desdizendo nada do que o Deputado Sr. Óscar Silva acabou de dizer, chamou a atenção para a linguagem não estar correta no contrato - programa, nomeadamente na cláusula 4.ª- “O Sport Clube Valenciano compromete-se a passar a gestão.” E ainda, onde refere “Do campo de futebol de 11 em relva sintética para o Município de Valença, não obstante a sua utilização ficar dependente da calendarização das atividades do Sport Clube Valenciano.” Apesar de perceberem, não está bem. Em última análise, a Câmara Municipal mandava no campo sintético, por o gerir e o Valenciano submetia à sua aprovação qualquer atividade. Sabe que não é isto que preside ao acordo, mas sim que o Sport Clube Valenciano utilizará sempre que quiser e que puder este campo, não obstante a gestão ser da Câmara Municipal. Por outro lado, no que respeita ao teor da cláusula onde refere “isto vigora pelo período de 20 anos e, finda a vigência do contrato-programa, o Município de Valença compromete-se a deixar o campo de futebol de 11 em relva sintética em condições de utilização”, mencionou que condições de utilização ficam sempre.



Aquilo que deveria dizer é: as boas condições para o exercício da atividade desportiva também se deveriam manter. É esta questão de português, que não é despiciente, e que lhes levanta algumas dúvidas, mas não afasta, porque acreditam que quando alguém escreve um contrato-promessa se obriga a cumpri-lo de boa-fé. De qualquer maneira, fez suas as palavras do seu antecessor. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Paula Natal** começou por referir que o Sport Clube Valenciano tem quase cem anos de história. Sem dúvida uma referência para esta terra, com atletas empenhados e dedicados, dirigentes com amor à camisola, um clube que tem como base o futebol, praticado por miúdos e graúdos. Considerado o desporto rei. Pelo que o Sport Clube Valenciano representa para as pessoas desta terra, o Município de Valença, no âmbito das suas competências no domínio do desporto, este Clube enquadra-se perfeitamente neste contrato, uma vez que o Município o tem apoiado sempre, especialmente a nível financeiro, decidiu, porque o Estádio Dr. Lourenço Raimundo exige obras que só serão possíveis através do seu apoio, apresentar à Assembleia Municipal este contrato-promessa de forma a compartilhar financeiramente a construção do campo de futebol de 11 em relva sintética. A participação será faseada, assumindo carácter plurianual com início em 2019 com 100.000€ (cem mil euros), 2020-125.000€ (cento e vinte e cinco mil euros); 2021- 125.000€ (cento e vinte e cinco mil euros), perfazendo o total de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros). \_\_\_\_\_

Todas as obras serão acompanhadas pelos técnicos do Município com o direito de fiscalizar e uma vez concluídas, o Município ficará com a gestão do campo e, em contrapartida, também poderá usufruir deste mesmo de forma a que outros clubes do concelho possam ter as mesmas oportunidades, e serem realizados alguns jogos no tão desejado e apelado campo sintético, subjacente à calendarização do clube. Quanto ao facto deste contrato-programa vigorar por 20 anos, salientou que com certeza no seu término existirão outras técnicas de campos sintéticos, outros atletas, outros dirigentes, outros políticos, etc. O Sport Clube Valenciano permanece e continuará a permanecer na história de Valença, pelo que votariam favoravelmente. Finalizou a sua intervenção a felicitar o executivo pela sua ação. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente de Câmara, para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** para referir que a aprovação do contrato programa é da exclusiva competência da Câmara e já se encontra aprovado em sede de reunião. Aquilo que se prende como competência da Assembleia Municipal é autorizar ou não a assunção do compromisso plurianual nele previsto. \_\_\_\_\_

O Sport Clube Valenciano suportará os encargos do campo sintético durante os próximos 3 anos, subjacente ao empréstimo que contraiu para esse efeito e que o irá amortizar nesse período. É um contrato-programa que vai exigir das partes, em especial do Sport Clube Valenciano, algumas esforços em termos contabilísticos e em resultados desportivos, sobretudo no envolvimento das camadas jovens e do número de praticantes. O município, uma vez regularizada a propriedade do estádio, assumirá as obras aí mencionadas, por forma a melhorar as condições da prática desportiva dos nossos jovens. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à **segunda ronda**, tendo os intervenientes prescindido do uso da palavra, termos em que colocou à votação a assunção do compromisso plurianual previsto no Contrato – Programa. \_\_\_\_\_

Assim, no universo de 24 Membros a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a assunção do compromisso plurianual previsto no Contrato – Programa., com início em 2019 com 100.000€ (cem mil euros), 2020-125.000€ (cento e vinte e cinco mil euros); 2021- 125.000€ (cento e vinte e cinco mil euros), perfazendo o total de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros). \_\_\_\_\_

#### **PONTO 6º - EMPRÉSTIMO A MÉDIO LONGO PRAZO, FINANCIAMENTO NAS DESPESAS E NAS FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS**

Presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião, de 14 de junho corrente, para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 51.250,61€ (cinquenta e um mil duzentos e cinquenta euros com cinquenta e um cêntimos, no âmbito da linha de crédito prevista pelo Orçamento de Estado 2018 para financiar as despesas dos municípios com as redes secundárias de faixas de gestão de combustível. \_\_\_\_\_

Por mutuo consenso do plenário, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** antecipou a sua intervenção no que a este ponto concerne. Termos em que mencionou que no âmbito das disposições legais de prevenção de incêndios, o Governo lançou um conjunto de medidas relativamente a limpezas de vegetação de terrenos, em que decidiu delegar a responsabilidade de fiscalização e execução para os Municípios., nomeadamente nas áreas das Zonas Industriais de São Pedro da Torre e de Gandra, a Estrada do Faro, e algumas propriedades próximas da zona urbana, que caso os proprietários não efetuem a limpeza o Município, obrigatoriamente, substitui-os. Tal imposição obrigou o Município a avançar com a contratação de uma empresa para executar este serviço, que já se encontra a laborar nesse sentido, nessas áreas. O Governo perante a reação dos Municípios a esta imposição e quanto à sua legitimidade – “responsabilidade dos Municípios pela fiscalização e substituição aos privados -, criou uma linha de crédito para financiar as despesas dos Municípios com as redes secundárias, faixas de gestão de combustível, ou seja, o ressarcimento das verbas não cobradas aos privados. Nalguns casos os proprietários estão identificados, noutros são heranças e outros são emigrantes, pelo que, uma vez efetuadas as limpezas e quantificadas as áreas e o respetivo custo metro quadrado, ser-lhes-á imputada a respetiva despesa. \_\_\_\_\_

Terminada a explanação sobre o assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Óscar Silva** mencionou que a Lei número 114/2017, de 29 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2018 prevê, como o referiu o Sr. Presidente da Câmara, a criação de uma linha de crédito para financiar as despesas dos Municípios com as redes secundárias, faixas de gestão de combustível, tendo como finalidade a atribuição de subvenções reembolsáveis aos Municípios destinadas

a financiar as suas despesas no capítulo, em substituição dos proprietários ou produtores florestais que não cumpram a lei e não procedam à limpeza dos seus terrenos. Como tal, atendendo também a este carácter reembolsável deste empréstimo, mencionou que o Grupo Municipal do PS votaria favoravelmente esta proposta. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sra. Inês Ferreira** prescindiu do uso da palavra. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto a votação. Assim a Assembleia Municipal, num universo de 24 Membros, autorizou, por **unanimidade**, a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 51.250,61€ (cinquenta e um mil duzentos e cinquenta euros com cinquenta e um cêntimos), no âmbito da linha de crédito prevista pelo Orçamento de Estado 2018 para financiar as despesas dos municípios com as redes secundárias de faixas de gestão de combustível. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 7º - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE PARTILHA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

Por proposta apresentada pela Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 01 de junho corrente, foi presente a minuta do contrato interadministrativo de delegação de partilha de competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros\_ Lei nº 52/2015, de 09 de junho. Os Municípios podem delegar ou partilhar com as comunidades intermunicipais, através da celebração de contratos interadministrativos, as respetivas competências em matéria de serviços públicos de transportes de passageiros municipais, de acordo com o previsto nos artigos 6.º, nº 2 e 10.º do citado diploma e nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na nova redação. \_\_\_\_

No presente foi utilizada a mesma metodologia de o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** intervir inicialmente, não tendo existido qualquer impedimento por parte do plenário. Termos em que referiu que, no âmbito dos transportes públicos, o atual Governo decidiu passar a gestão das redes de transportes públicos para os Municípios através da Comunidades Intermunicipais. A responsabilidade da gestão da rede de transporte públicos dentro de cada concelho é dos Municípios e no computo dos Municípios é das CIM, e como não faz qualquer sentido existirem dois tipos de concursos, decidiram elaborar um conjunto de estudos nesta matéria para criar a rede, com base na atual, para melhorá-la em termos de carreiras públicas, a pensar futuramente também na passagem da gestão dos transportes escolares de todos os Municípios. Os transportes urbanos têm algumas limitações. Em suma, para definir uma rede de transporte público coerente, que sirva todas as Freguesias do Município, delegam a quota-parte de responsabilidade à CIM através deste contrato interadministrativo de partilha e delegação de competências, a nível da gestão do transporte público, ou seja, o objetivo é que seja a CIM do Alto Minho a gerir a rede de transportes públicos a nível distrital. A garantia de todos os cidadãos dos Municípios do Alto Minho, nesta matéria, é de que as deliberações têm de ser sempre tomadas por

unanimidade. A título de exemplo, mencionou que existem assuntos mais demorados a decidir, como sendo a construção de canil individualmente ou intermunicipal. A construção de mais canis não invalida que a sua capacidade esgote no prazo de 1 a 2 anos, problema que a jusante existirá sempre. \_\_\_\_\_

Terminada a explanação sobre o assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura de inscrições ao 7º PONTO - O CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Jorge Moura. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Óscar Silva** referiu que, atendendo que a CIM do Alto Minho elaborou um programa que visa agilizar e proporcionar às populações um serviço público de transporte de passageiros mais abrangente, através da celebração de um contrato interadministrativo que permita a partilha de delegação de competências do nosso Município nessa Comunidade, o Grupo Municipal do PS iria votar favoravelmente o ponto em apreço. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Jorge Moura** tendo em consideração a mais valia, em termos de gestão, e as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, mencionou que o Grupo Municipal do PSD comungava do entendimento do Grupo do PS, pelo que votariam favoravelmente a proposta em apreço. \_

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** acrescentou que na CIM – Alto Minho existe a intenção vincada que esta rede possa abarcar os Municípios Espanhóis, ou seja que seja não só intermunicipal, mas também transfronteiriça. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Óscar Silva** prescindiu do uso da palavra. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, a **Assembleia Municipal** num universo de 25 ( vinte e cinco) **Membros** aprovou, por unanimidade, a minuta do contrato interadministrativo de partilha e delegação de competência a celebrar no âmbito do regime jurídico e serviço público de transporte de passageiros. \_\_\_\_

**PONTO 8º - OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL DE VALENÇA E CENTRO HISTÓRICO DE VALENÇA - PROJETOS E RELATÓRIOS DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

Por proposta apresentada pela Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 01 de junho corrente, ao abrigo do n.º 1 do art.º 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto conjugado com o art.º 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, após cumprimento das formalidades previstas no seu art.º 89º, designadamente, a discussão pública, ponderação e divulgação dos resultados, foram presentes as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área Central e Centro Histórico de Valença constantes dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU). \_\_\_\_\_

Prosseguindo com a metodologia dos pontos anteriores, sem qualquer objeção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

Termos em que o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por mencionar que há cerca de 1 ano foi aprovada a criação das ARU'S- Centro Histórico e Área Central. No entanto, por imposição legal, para a operacionalização de algumas estratégias para estes espaços, foi necessário proceder à criação das respetivas ORU'S com investimentos públicos discriminados, assim como um conjunto de benefícios ou de estímulos para a iniciativa privada. Ambas Operações estiveram em discussão pública. Neste período a Junta de Freguesia de Valença apresentou o contributo de inserção de intervenção no Centro Coordenador de Transportes, dado não estar incluído nas estratégias dos programas, contudo como se trata de um espaço para o qual o Município já possui projeto e orçamento e por conseguinte pronto para concurso, seria elencar mais um investimento que já está para ser implementado. Os edifícios públicos incorporados nestas operações são aqueles aos quais não existe a possibilidade de apresentar candidaturas a fundos comunitários ou apoio no âmbito do IFFRU e existe a exigência de uma componente de eficiência energética. No que concerne aos privados, existem um conjunto de benefícios que estavam a utilizar, independentemente da aprovação das ORU'S, por exemplo, no caso do IVA, passar de 23% para 6%, traduzindo-se num benefício fiscal de 17% nas obras de reabilitação. À semelhança destes benefícios existem outros como IMI, IMT, arrendamento jovem (valores por contrato - imóvel completo/quartos para estudantes universitários). Os proprietários dos edifícios na utilização de benefícios para a requalificação urbana, podem recorrer ao IFRRU, que por sua vez possui protocolo com 3 entidades bancárias, com o BCP, o Santander e o BPI, com um *spread* baixo. \_\_\_\_\_

Terminada a explanação, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura do período de inscrição ao 8º ponto - Operações de Reabilitação Urbana, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Óscar Silva**, após esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, mencionou que iriam votar favoravelmente o ponto em apreço. No entanto, deixou a nota de que não receberam toda a documentação relativa ao ponto, nomeadamente, o conteúdo dos dois livros que estão na Mesa e que crê que seria importante terem tido acesso para uma apreciação de maior qualidade, mais fundamentada e profícua sobre este ponto, no entanto mencionou que não iriam criar qualquer obstáculo à continuação dos trabalhos. Seguidamente sugeriu, considerando se tratar de duas operações de reabilitação em diferentes áreas - Área Central de Valença e Centro Histórico-, que a sua votação fosse efetuada individualmente. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sra. Inês Ferreira**, referiu que não entendeu que os Vereadores do PS se tenham abtido na decisão relativa à reabilitação urbana de Valença em duas áreas e à permissão dos munícipes o fazerem usufruindo de um conjunto de benefícios como seja o IMT, o IMI, o IRS, o IRC, mais-valias, rendimentos prediais ou IVA, contudo ainda bem que o Grupo Municipal da Assembleia Municipal do PS refletiu e já mencionou que iria aprovar. Terminou a sua intervenção dizendo que o seu Grupo Municipal não tem qualquer inconveniente na votação conjunta das duas operações e que iria aprovar o ponto em apreço. \_\_\_\_\_

Com respeito à sugestão da votação separada das operações de reabilitação urbana, o **Sr. Presidente da**

**Assembleia Municipal**, referiu que a Mesa entende as posições de ambos Grupos Municipais (PSD e PS). Portanto de forma a clarificar a votação, a mesa considera a sugestão e propõe a sua votação por separado, de forma a ficar mais espelhada a vontade dos membros desta Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

Antes de se prosseguir para a votação deste ponto, o **Membro Sr. José Nogueira** usou da palavra para responder à sua antecessora. Esclareceu a Sra. Deputada que os Vereadores do Partido Socialista abstiveram-se por razões formais e têm todo o direito de o fazer. A Mesa, ao contrário do que a líder do PSD disse e sustentou, vai fazer duas votações, por uma questão formal. Substancialmente estão todos de acordo, formalmente têm as suas divergências, e assim sendo devem-nas exprimir. Não existe nenhuma contradição entre a posição dos Vereadores Socialistas na Câmara Municipal e a tomada de decisão dos Membros da Assembleia Municipal. Se existisse compreensão naquilo que os Vereadores tentam, muitas das vezes, transmitir, as votações até poderiam ser unânimes. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Inês Ferreira**, referiu ao seu antecessor que todos têm a legitimidade democrática de, nos órgãos aos quais pertencem, decidirem em função das suas convicções, das suas opções, mas a própria também tem a legitimidade de questionar, de perguntar, quanto mais não seja em termos retóricos. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou que não há questões políticas ou de cariz partidário. Um dos benefícios que as operações têm é o IMI, portanto os imóveis reabilitados no âmbito de operações de reabilitação urbana têm uma isenção de IMI durante 5 anos, um bom incentivo fiscal. Espera que os operadores proprietários aproveitem esta possibilidade. \_\_\_\_\_

Após discussão, o ponto foi colocado a votação individualizada por cada uma das ORU'S. Termos em que, num universo de 27 Membros, a **OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL DE VALENÇA**, foi aprovada por unanimidade. Com o mesmo resultado de votação para a **OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE VALENÇA**, ou seja, num universo de 27 Membros foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

**PONTO 9º - CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E OS MUNICÍPIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, PAREDES DE COURA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA - ÁGUAS DO ALTO MINHO**

No seguimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada a 14 de junho corrente, foi presente todo o processo para a constituição de parceria pública entre o Estado Português e o conjunto dos Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, mediante a celebração dos **Contratos:** de **Parceria Pública e seus anexos** para decisão de agregação dos respetivos sistemas municipais num sistema territorialmente integrado designado por Sistema de Águas do Alto Minho, o qual inclui as infraestruturas e os equipamentos do município de Valença previstos no plano de investimentos, nos termos descritos no

ANEXO II do *dossier* apenso e, **\_ de Gestão e seus anexos**, para estabelecer os termos e os objetivos da exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos descritos no ANEXO V do *dossier* apenso\_. Designar o Presidente da Câmara Municipal para representação do Município de Valença, Jorge Manuel Salgueiro Mendes, na outorga destes contratos; Autorizar a subscrição pelo Município de Valença de 23.211 (vinte e três mil duzentos e onze) ações da categoria A, representativas de 116.055€ (cento e dezasseis mil e cinquenta e cinco euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., entidade gestora do Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos dos estatutos que constituem o ANEXO VI e com os fundamentos constantes do documento enquadrador da parceria e do ANEXO IV; Aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios, nos termos descritos no ANEXO VIII do *dossier*; Submeter a fiscalização prévia do Tribunal de Contas a aquisição de ações representativas de 116.055€ (cento e dezasseis mil e cinquenta e cinco euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., bem como, comunicar à Inspeção-Geral das Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais a aquisição de ações das mesmas; Determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, com vista à sua harmonização com o regime previsto na lei e nos Contratos de Parceria e de Gestão em matéria de medição dos níveis de serviço, faturação e cobrança, regime tarifário e contraordenações. \_\_\_\_

Entretanto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a empresa convidada para prestar mais algumas informações e efetuar a apresentação referente ao contrato de parceria pública entre o Estado Português e os Municípios relativamente à criação das Águas do Alto Minho, já está disponível para o fazer. Agradeceu-lhes a presença. De forma a preparar as ligações para a apresentação do Representante das Águas, fez-se um **intervalo** de 10 minutos. Retomaram-se os trabalhos às 15h50. \_\_\_\_

Como habitualmente, realizou-se uma reunião da Comissão Permanente no dia 25 de junho corrente, de preparação da sessão, contudo nessa mesma reunião decidiu-se realizar nova reunião no dia seguinte com a presença dos representantes das Águas de Portugal, membros da Comissão Permanente e ainda com a presença do Sr. Presidente da Câmara para esclarecimentos pertinentes, e também convite a um representante das Águas de Portugal para, no momento da Assembleia Municipal, fazer também uma breve apresentação. O Representante das Águas de Portugal, Sr. Francisco Narciso, irá dispor de vinte minutos para fazer a sua apresentação podendo, à posteriori, cada Líder do Grupo Municipal ou um representante de cada Grupo dispor do seu tempo para colocar as suas questões, que obterão respostas por parte do aludido Representante, colocando-se à posteriori o ponto a discussão, com igual metodologia para a segunda ronda de intervenções. Apelou ao poder de síntese. Procedeu à distribuição de uma cópia dos slides por todos os Membros da Assembleia Municipal de forma a facilitar o acompanhamento da apresentação. Para além do tempo que irá ser utilizado pelo Representante das Águas, procedeu à distribuição de tempos pelos Grupos Municipais e demais, na **primeira intervenção** da seguinte forma: PSD: doze; PS: nove; Representante dos Srs. Presidente da Junta: nove; CDU:

quatro; Sr. Presidente da Câmara: catorze. **Segunda ronda:** PSD: cinco; PS: quatro; CDU: dois; representantes dos Srs Presidentes de Junta: quatro; Sr. Presidente da Câmara: cinco. \_\_\_\_\_

– **ADP\_ Sr. Francisco Narciso – Representante das Águas de Portugal** começou por cumprimentar os presentes agradecendo o convite e a oportunidade de apresentarem um projeto para a região. A abordagem, a apresentação passa pelo enquadramento, respostas às perguntas dos porquês da agregação e de um projeto regional e seus principais contornos. Já teve a oportunidade de debater, com mais abrangência, em sede de reunião da Comissão Permanente para a qual também tinha sido convidado. \_\_\_\_

No que concerne aos desafios, grosso modo, o sentido de um projeto desta natureza para a região do Alto Minho e também para outras regiões do nosso país, prende-se com o facto de Portugal, depois de um grande esforço de infraestruturização, se confrontar, à semelhança de outros países desenvolvidos, com um grande desafio no serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, que é a sustentabilidade desses serviços. A sustentabilidade tem várias dimensões: Ambiental\_recurso de água escasso; Poluição\_ recursos naturais; Alterações climáticas: acentuam a pressão sobre os meios naturais; Desafios do ponto de vista da continuidade destes serviços\_fenómenos extremos (seca ou extrema pluviosidade) acentuam todo um conjunto de aspetos; Região: desafios com que se confronta. \_\_\_\_\_

De facto, desde há vários anos, que o esforço de infraestruturização desenvolvido é importante mas insuficiente, porque muitos dos investimentos que se fizeram já se encontram em estado lastimável, por falta de rotinas de manutenção e operação para preservar as infraestruturas. Por outro lado, os próprios desafios da água trazem mais disciplinas na gestão dos recursos. É necessário pessoas na área das análises para olhar para determinados fenómenos de poluição, microplásticos, por exemplo, mais engenharia, para combinar não só a operação a supervisão de todos estes sistemas, mas, ao mesmo tempo, também promover a utilização racional deste serviço ao nível da eficiência, diminuir perdas, por exemplo a nível também do próprio *backoffice*, não é uma mera faturação, toda esta matéria tem de facto uma complexidade bastante exigente. \_\_\_\_\_

Quanto a esta exigência de um corpo técnico, de uma especialização, que não é nova, já vem desde o século passado, dos anos 30, aquando da criação da legislação sobre serviços municipais, portanto, e mesmo na década de 70 do século passado, quando se começou a pensar nesta matéria, a questão da escala que se acentuou nos últimos anos com os desequilíbrios na ocupação do nosso território são de facto aspetos bastante importantes. Esta região tem infraestruturas avaliadas em 250.000.000,00€ (duzentos e cinquenta milhões de euros). Se se disser que temos uma vida útil média de 50 anos, é fácil contabilizar o investimento anual necessário para garantir às próximas gerações estes serviços. Em simultâneo, as alterações climáticas obrigam-nos a ter alguma redundância de infraestruturas, olhar de novo para as anteriores captações e assegurar que todos esses recursos têm uma adequada recuperação. Portanto, ao mesmo tempo confrontam-se com vários sinais de dificuldade, ou seja, as últimas décadas evidenciam que a resposta não tem sido a melhor, desde logo muitos utilizadores e, em especial, alguns Municípios não conseguem solver os compromissos. Os orçamentos públicos não estão a responder ao aumento da fatura destes serviços, à acumulação de desvios de tarifários, seja nos operadores em baixa, seja nos operadores em alta, ao subinvestimento no sector, traduzindo-se num nível de renovação em



metade daquilo que é necessário, significando, pôr em causa os serviços no futuro, nas próximas gerações. Não estamos a investir suficiente na renovação, na substituição das infraestruturas. Trata-se, em simultâneo, de uma situação, de uma alteração de paradigma, porque o que se verifica é que estas políticas públicas dependentes dos ciclos políticos para garantir este investimento não estão a resultar não só em Portugal, mas também em países também igualmente desenvolvidos com processos de infraestruturização mais antigos como, por exemplo, nos Estados Unidos ou mesmo Inglaterra. O que se verifica não é uma matéria nova, portanto existe a obrigação de aprender com as dificuldades dos outros países. Em simultâneo, não estamos a dar sinais aos utilizadores para promoverem um incentivo a um bem que é escasso. Portugal, nos últimos anos, viveu um período de exceção e importa dar um sinal ao nível da consolidação das contas públicas. \_\_\_\_\_

Desde há vários anos que de facto há um elevado consenso que as exigências de sustentabilidade do sector passam por uma atuação do lado da oferta, ou seja, na estruturação das entidades gestoras e também ao nível do modelo de financiamento, com igual pertinência, porque a questão dos fundos comunitários está a assistir a uma importante redução em termos de montantes. Este quadro comunitário é para 1/5 do que foi quadros comunitários anteriores, com tendência a diminuir a alocação, a disponibilidade de fundos para este sector. Em suma, têm convicção e com base em experiências que a sustentabilidade do sector em Portugal e também noutros países em iguais circunstâncias passa por uma agregação territorial superior, uma compatibilização com uma gestão empresarial especializada e competente e uma evolução de um próprio modelo de financiamento. Esta questão está consagrada no plano estratégico do sector e tem tido do atual Governo também uma atenção muito especial e aí estão, neste momento, um conjunto de incentivos relativamente ao desenvolvimento destes projetos, em particular, a maximização de acessos aos fundos disponíveis do POSEUR, que são já muito escassos e há pouca perspetiva também relativamente ao próximo quadro comunitário, e também cruza com a agenda de desenvolvimento regional que estas entidades gestoras, são também iniciativas de solidariedade e de coesão regional. E mais, cruza com a agenda também da sustentabilidade de uma gestão sustentável dos territórios que significa que a gestão dos recursos dos serviços urbanos tem que se integrar nas outras dimensões da gestão dos territórios, em particular, quando olharem para o ordenamento, quando anteciparem problemas como, por exemplo, a questão dos incêndios, porque tudo isto depois cruza com a natureza, cruzar com a natureza significa cruzar com a saúde pública. \_\_\_\_\_

Em paralelo com estes incentivos estão também importantes desenvolvimentos a nível político. Claramente o reforço e a harmonização das políticas sociais, a promoção da adesão a estes serviços, a questão da integração dos sistemas pluviais, e a valorização das soluções individuais, porque as soluções individuais são uma solução compatível em especial no caso de regiões com aglomerado bastante disperso como o nosso, porque construir redes não significa que as pessoas vão aderir. Construir redes em determinados espaços causa problemas operacionais, porque não tem um fluxo suficiente para rentabilizar essa rede do ponto de vista hidráulico. \_\_\_\_\_

O projeto das Águas do Alto Minho enquadra-se num modelo de parceria pública que teve origem no âmbito dos trabalhos do plano estratégico em 2005, foi suscitado pelos autarcas, em particular pelos autarcas da região do Alentejo que nunca, que nunca aceitaram de facto perder competências neste

domínio, e daí que, portanto, tivessem suscitado esta questão e que foi trabalhada no âmbito do Governo e que veio a ser consagrada no Decreto-Lei n.º 90 de 2009, ou seja, trata-se de uma operação da esfera pública, 100% pública. \_\_\_\_\_

Portanto, dois instrumentos centrais nesta operação\_ Um contrato de parceria, em que os subscritores é o Estado Português e os Municípios, e resulta essencialmente de duas questões, desde logo a delegação das competências ou de parte das competências dos Municípios, no sentido de partilharem com o Estado as suas competências de exploração e de gestão dos sistemas e constituir um sistema integrado, a supervisionar através da constituição de uma Comissão de Parceria. A Comissão de Parceria é um órgão paritário entre o Estado e os Municípios que uma vez constituída, tem de constituir o veículo para operar o próprio sistema. \_\_\_\_\_

Os poderes da Comissão da Parceria são totais, relativamente às competências que são delegadas\_ “Poderes de fiscalização, de direção, autorização, aprovação e suspensão dos atos da entidade gestora da parceria”\_, configura, de acordo com a legislação comunitária da concorrência, como sendo uma operação na esfera do Estado, ou seja que qualquer introdução de capital privado nesta operação significa que ela caduca e que entra num processo de contencioso a nível comunitário. Isto porque esta operação já foi objeto de consenso com os serviços da Comissão Europeia neste domínio. Mas o contrato não se limita apenas aos poderes relativamente à sua totalidade, estabelece também uma agenda de acompanhamento, porque é importante que não se crie um distanciamento dos órgãos contrários, dos seus representantes relativamente a estes serviços essenciais às populações. Planos de atividade, investimento, planos de atualização das tarifas, da revisão do próprio estudo de viabilidade, tudo passa por essa Comissão de Parceria, a qual os representantes têm que demonstrar que estão a traduzir a vontade de todos os outros Municípios. \_\_\_\_\_

Do ponto de vista do modelo tem subjacente um importante investimento de infraestruturas, porque são transmitidas para esta entidade gestora e para a parceria todas as responsabilidades com a operação, manutenção e investimento de substituição e renovação, estando perante um plano inicial de investimentos, de construção e reabilitação de infraestruturas, visando repor o estado das infraestruturas que possam neste momento estar em situação mais degradada. Um plano de renovação de redes e substituição de infraestruturas, de acordo com a sua vida útil, de acordo com o seu estado funcional, garantindo que durante o prazo da parceria, 30 anos, estejam asseguradas as condições de continuidade deste serviço. A reintegração da totalidade destes investimentos, significa que no final do período da parceria foram totalmente pagos através das tarifas que serão apresentadas. Portanto, ou seja, não há qualquer responsabilidade para os Municípios relativamente a estes investimentos, porque um aspeto central desta atuação tem a ver de facto com a melhoria da eficiência, hídrica em particular. E daí que há um plano inicial de investimento em substituição de contadores e de mais meios de monitorização de rede na aposta na melhoria da relação com os clientes, de meios e equipamentos de resposta. Ao mesmo tempo que se cria sinergias e se partilham meios, também se aposta na mobilidade desses meios e uma previsão de sede e de centros operacionais desconcentrados. Quando se fala na capacidade de resposta não se pode apenas olhar para os meios que estão no terreno, mas também para a estratégia de manutenção que está subjacente, preventiva e menos à manutenção reativa. \_\_\_\_\_

As contrapartidas aos Municípios, não há alienação de infraestruturas, permanecem na titularidade dos Municípios, aquilo que está previsto, havendo uma utilização dessas infraestruturas, é o pagamento de uma retribuição, igual entre todos os Municípios. \_\_\_\_\_

Portanto, adicionalmente admite-se o arrendamento de instalações e aquisição de outros meios. Irão conversar com o Município no sentido de arrendar, caso possua uma loja, assim como se possuir um limpa fossas, um *bobcat*, uma retroescavadora, uma cisterna, naturalmente que esta entidade gestora não vai comprar novo, vai utilizar os meios de que o Município já dispõe, pagando, adquirindo-os, nesse caso. \_\_\_\_\_

Do ponto de vista da integração do pessoal, portanto, há uma larga experiência relativamente a estes processos, com dois princípios basilares. Desde logo, disponibilidade para integrar a totalidade dos trabalhadores que estão afetos a estes serviços e a integração destes trabalhadores numa base voluntária. Com base nestes princípios, existem depois claramente aqui duas alternativas que já foram concertadas e negociadas com sindicatos ao longo de vários anos e que, se for preciso, será revista toda essa situação que tem a ver com uma figura jurídica de cedência de interesse público que garante aos trabalhadores o seu lugar na Câmara, a antiguidade e todos os direitos que dispõem. Em alternativa, podem integrar os quadros da entidade gestora. Portanto, trata-se de um acordo tripartido, entre trabalhador-Autarquia-entidade gestora da parceria que só se efetivará se existir comum acordo entre as 3 partes. \_\_\_\_\_

Portanto, relativamente à questão dos investimentos de expansão, uma parte significativa fica a cargo dos Municípios, não há aqui da parte dos Municípios um afastar relativamente ao cofinanciamento destes serviços. O objetivo foi transmitir para a entidade gestora algo que permitisse uma tarifa mais contida. Relativamente àquilo que é passar para a responsabilidade da entidade gestora da parceria, é totalmente financiado através de tarifas, com exceção dos subsídios que venha a obter. \_\_\_\_\_

Modelo de regulação. Naturalmente, uma empresa do sector empresarial do Estado tem que dar o exemplo ao nível da participação dos exercícios de regulação, de *benchmarking* e inclusive de exercícios de comparação. São também aspetos que constituem uma garantia adicional para os utilizadores relativamente às tarifas que são praticadas. \_\_\_\_\_

Agora relativamente a este projeto, tem bastantes anos em termos de estudos, está alicerçado em trabalhos técnicos que o Grupo Águas de Portugal fez em particular em 2005/2007 e também nos trabalhos técnicos que estes Municípios desenvolveram em particular a partir de 2010, traduzindo-se num enriquecedor confronto de diferentes critérios e pressupostos, que permitiram acelerar a construção desta proposta. Projeto orientado para 7 Municípios, 204.000 habitantes. Importante são os Municípios que a integram, outros exerceram a sua liberdade de não integrar. \_\_\_\_\_

Os principais desafios relativamente aos serviços de águas, no caso do abastecimento, é o desempenho e a fiabilidade do serviço, em especial da qualidade da água e da eficiência. Na qualidade da água detetaram nalguns Municípios situações de alguma preocupação no que toca a pequenos sistemas de renovação de infraestruturas. \_\_\_\_\_

Adesão aos serviços, é fundamental existir, tem a ver com razões de saúde pública, mas também com a comparticipação nas despesas que a sociedade tem com este sistema, bastante oneroso, e quem não o fizer não está a participar no esforço que toda a sociedade fez com um processo de infraestruturização. \_\_\_\_\_

No caso do saneamento, há ainda desafios de aumento de cobertura, há desafios também que essa cobertura passe por uma maior atenção às soluções individuais, há também uma oportunidade de elevação do desempenho e preservação das infraestruturas. Em simultâneo também a questão a adesão é um importante desafio para esta região. \_\_\_\_\_

A proposta em concreto é uma entidade gestora regional, pública, especializada para o ciclo urbano da água, a Águas do Alto Minho, é a conjugação e a união de esforços entre os Municípios da Região e um operador público de referência no nosso país visando melhorar e harmonizar o serviço ao cliente, aumentar significativamente o investimento, preparar a região para responder às restantes exigências e desafios das alterações climáticas. Traduzido em objetivos para o quinquénio, anexo 8º do modelo de gestão, do contrato de gestão. Estamos na presença da redução da água não faturada para 22%, na importante aposta dos parceiros na elevação da acessibilidade aos serviços, em que de facto não só em termos de alargamento físico do serviço, mas também que levem as pessoas à adesão que todos os Municípios no final do primeiro quinquénio tenham pelo menos 50% de cobertura no caso das águas residuais, bem como, na aposta da adesão aos serviços públicos, essencial para mitigar os problemas de contaminação, mas também de saúde pública. \_\_\_\_\_

Cumprimento do desempenho ambiental exigido. Há muitas situações de incumprimento no que toca em particular às estações de tratamento de águas residuais que são mais pequenas e que são mais exigentes ao nível de rotinas. \_\_\_\_\_

Elevação da qualidade dos pequenos sistemas. Aposta na melhoria da relação com o pequeno cliente. Em termos de investimento, está-se a falar num plano de investimento a 30 anos a preços constantes de 115.000.000,00€, o essencial deste investimento é para infraestruturas, mais de 100.000.000,00€, estão a falar, para além de infraestruturas físicas, de contadores e ramais domiciliários, mas também na aposta na eficiência de instalações e de meios para operar e concretizar. \_\_\_\_\_

Em termos de infraestruturas municipais, existe a repartição por Municípios. Acresce ao investimento mais 40.000.000,00€ efetuados a expensas dos Municípios, vão capitalizar o acesso aos fundos comunitários e diminuir a pressão das tarifas, o que significa que nos primeiros 5 anos o plano de investimentos anda na ordem dos 60.000.000,00€ para este conjunto de 7 Municípios. Portanto, quando se diz que o investimento é pouco, frisou que o investimento é pouco, mas tudo o que está aqui previsto ao nível da conservação das infraestruturas é 3,4 vezes superior ao histórico recente que os Municípios têm feito em termos de reabilitação e em termos de rede de abastecimento de água mais antigas, porque o processo de infraestruturização começou por aí, é 4,2 vezes superior. \_\_\_\_\_

Ao nível de comparação dos investimentos, referenciou o quadro que pretende ilustrar o quanto isto é um projeto de solidariedade e de coesão. Coesão porque querem harmonizar o serviço em toda a região; solidariedade porque, em particular, um Município que tem um volume de negócios de mais de 50% e que na prática aquele que era um plano de investimentos maior, afinal significa 1/4 desses investimentos. Mas, para além disso, a região fez mais solidariedade, na retribuição, tratando todos os Municípios por igual, em função daquilo que é cobrado de tarifa em cada um dos Municípios. Há Municípios que recebem 0,08€ por cada euro de faturação e há outros Municípios que recebem 0,35€, indicador de solidariedade. E, portanto, também um indicador das sinergias e da eficiência dos ganhos num projeto

desta natureza. \_\_\_\_\_

Referiu ainda, que quando contam com a reabilitação que é necessária para a aguentar e assegurar a sustentabilidade destas infraestruturas para as próximas gerações significa que os custos hoje suportados pelos 7 Municípios tinham que se elevar em mais 2,9 milhões de euros, o que significa que os custos da entidade gestora da parceria, em termos médios, na sua totalidade inferiores em 3%, porque vai apostar em mais meios técnicos que fundamentalmente vão melhorar a eficiência operacional. Portanto, ao nível de gastos unitários por cada euro de faturação os ganhos já sejam na ordem dos 27%. Como noção alternativa, um estudo feito pela região logo em 2011/2012 a aquilo que tinha que evoluir ao nível das suas estruturas para cumprir as exigências legais e de regulação que hoje se impõem à prestação destes serviços dizia que tinham que incorrer em custos acrescidos na ordem dos 2,3 milhões de euros por ano. O que significa que de facto há aqui sinergias também na ordem dos 9% associadas. As tarifas que estão associadas para um consumo de 5m<sup>3</sup>, são de um valor de 12,47€, para um consumo doméstico de 10m<sup>3</sup> a nível mensal, são de um valor de 22,70€, ligeiramente abaixo daquilo que já é praticado nesta região e significativamente abaixo a outros projetos desenvolvidos pelas Águas de Portugal, noutras regiões aqui próximas. Revela a aposta dos Municípios em assumirem responsabilidades com os investimentos de expansão, contrariamente ao verificado nas outras regiões, que permitiu conter significativamente a tarifa aos utilizadores finais. \_\_\_\_\_

No primeiro ano convergir logo para a tarifa objetivo, portanto, ou seja, todos os utilizados destes 7 Municípios irão pagar igual valor pelo serviço, quer em termos de serviços principais, quer em termos de serviços auxiliares. \_\_\_\_\_

Salientou que a proposta, ao nível de tarifas, para além de assegurar uma maior sustentabilidade técnica, está abaixo ou pelo menos ao nível de Municípios de maior densidade populacional. Portanto, em termos de consumo médio para a região, de uma família, de 5/6m<sup>3</sup>, está-se a falar sempre na ordem de metade do que as famílias da região Norte gastam por exemplo com o gás e 1/3 do que as famílias gastam com comunicações ou eletricidade. \_\_\_\_\_

Portanto, para concluir, em termos de considerações finais, a mensagem é que há importantes desafios para esta região, uma diversidade bastante grande, fragilidades ao nível do desempenho operacional, necessidades de maior, mais garantias de qualidade e sustentabilidade para cumprir exigências legais e regulamentares que impõe um esforço de infraestruturização que tem de facto de ser complementado com outras medidas. Portanto aquilo que foi a solução no passado hoje não é uma solução com futuro, os desafios mais recentes vêm acentuar as exigências. A diminuição de fundos comunitários é uma realidade, não é uma superstição. Portanto, mas também de oportunidades, salientou o aumento de escala e estruturas especializadas locais de uma entidade gestora local, regional, portanto, evidencia de facto importantes ganhos. O Governo proporciona especiais incentivos, designadamente pelo aviso do POSEUR, o projeto é essencial para uma região. Uma região como esta que de facto quer valorizar, portanto, ao nível da natureza, ao nível do turismo a harmonização, a coesão destes serviços, é fundamental para esse trajeto. E também o equilíbrio financeiro dos Municípios não pode ser subestimado. Trata-se de não só de um projeto público de solidariedade e coesão regional, mas também de desenvolvimento e aumento da competitividade de todo o território, para garantias acrescidas de

saúde pública, qualidade a um menor esforço financeiro. Em simultâneo com o projeto, há de facto o reforço na linha daquilo que é o Decreto-Lei que foi recentemente publicado, dos mecanismos de acessibilidade económica, para garantir que às famílias em situação de carência não lhes seja questionado o acesso a estes serviços. O Grupo Águas de Portugal é um grupo público, tem 25 anos, foi criado para colaborar com os Municípios em parceria na constituição de projetos regionais. \_\_\_\_\_

Terminada a apresentação do projeto Parceria, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a apresentação e procedeu à abertura de inscrições a este ponto da ordem de trabalhos, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Óscar Silva, António Dias, Jorge Moura, Inês Ferreira, Alberto Vilas. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sra. Cláudia Labrujó**, começou por referir que maior cego é aquele que não quer ver, pelo que perguntou ao Sr. Francisco, se lhe permitia a pergunta e se quisesse responder, qual era a sua função dentro das Águas de Portugal, não obstante referir que não teria que responder já. Parabenizou-o porque se for técnico de *marketing* faz o um trabalho excelente, promove muito bem o seu produto, valorizando os pontos positivos do negócio e omitindo muito bem omitidos os pontos fracos do mesmo. A própria mencionou nunca ter tido uma postura tão firme relativamente a qualquer assunto que passou por esta Assembleia como este. Os papéis, os números, os contratos estão escritos, vão ser assinados, e fica nas vossas consciências aquilo que vão fazer do o Município e das populações. Em termos legal já solicitei que fossem ouvidas as pessoas que têm conhecimento de causa, que podem responder sem qualquer tipo de engano relativamente à matéria, que é isso que importa e, portanto, fica na vossa consciência. \_\_\_\_\_

Perante esta intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia**, antes de dar a palavra ao Representante das Águas, recordou que aquilo que estava em discussão não eram as valorizações sobre as pessoas que estavam a fazer a sua apresentação. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Francisco Romeu** mencionou que a água comprada pelo Município é toda comprada às Águas de Portugal que depois é distribuída para à população em baixa Ouviu falar em défices tarifários, solicitando que o esclarecesse se significava que há Municípios que cobram menos valor do que aquele que a Águas de Portugal lhes cobra ou se é o Município que está a suportar no seu orçamento essas despesas. Em relação à privatização, trata-se de uma parceria público-pública e teve origem nos estudos alentejanos, na qual o Sr. Francisco Narciso referiu, perentoriamente, que se entrar capital privado acabava-se a parceria e por conseguinte a entidade gestora, questionando-o se efetivamente tinha percebido bem. Em termos da eficiência, tem conhecimento que há muitas fugas de água, através de uniões atrás do contador que é difícil de fiscalizar, água de mina que vai para o saneamento, não paga saneamento, prejudicando toda a população, pelo que questionou se esse controlo vai ser dessa empresa ou se o poderão fazer. \_\_\_\_\_

O tarifário vai vigorar para 5 anos a partir de 2019, caso seja aprovado, depois dos 5 anos que têm mais 25 anos, pelo que questionou se seria o ERSAR ou a Comissão de Parceria a regular e se os aumentos

duplicariam, porque aquilo que se verifica da apresentação e dos documentos distribuídos é que diferença daquilo que agora é praticado para aquilo que irá ser praticado traduz-se num aumento de 4,66€ para 10m<sup>3</sup>, ou seja de 18,05€ para os 22,71€. As infraestruturas vão ser mantidas pela Águas de Portugal ou pelas Águas do Alto Minho. Por exemplo se na sua freguesia existir uma rutura de água, quais seriam os procedimentos a ter, porque até ao momento estão habituados a resolver todas estas questões de forma célere. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Óscar Silva** começou por questionar, se esta parceria é tão benéfica para o Município de Valença, porque é que o PSD nas últimas eleições autárquicas não assumiu esta parceria como uma vontade expressa no seu programa eleitoral. Aliás, os estudos já começaram há algum tempo, as negociações vêm-se prolongando ao longo dos meses, certamente que nessa altura já havia conhecimento de que uma parceria deste género poderia ser efetuada. Seguidamente, insistiu naquilo que já referiu no dia da reunião da Comissão Permanente em que o Sr. Francisco Narciso também esteve presente, que esta discussão/sessão de esclarecimentos já devia ter sido feita há algumas semanas com maior abrangência em termos de tempo da discussão. Tem noção de que as coisas vão surgindo, mas a verdade é que já se fala disto há bastante tempo e era preciso um debate mais esclarecedor sobre esta situação, nomeadamente envolvendo os Presidente de Junta, e todos aqueles que dão a cara junto das populações, porque vão ter de justificar junto destas a decisão que tomarem sobre o assunto em apreço. Com os esclarecimentos que fomos obtendo durante a última Comissão Permanente e na presente sessão, o Grupo Municipal do Partido Socialista reafirmou a posição que assumida pelos Vereadores eleitos pelo PS na última, na reunião de Executivo Municipal onde foi votada esta proposta, pelo que iriam votar contra a adesão do Município de Valença a este contrato de parceria pública entre o Estado e os 7 Municípios do Alto Minho que pretendem aderir, entre os quais estão o Município de Valença. E isto porque é uma parceria detida em 49% pelos Municípios, 51% pelo Estado, à qual o Município de Valença fica refém durante 30 anos. A posição do PS justifica-se pelo aumento exponencial do preço da água, com impacto claro nos bolsos dos munícipes valencianos, sendo que logo no primeiro ano da parceria vai decorrer um ajuste, uma uniformização do preço da água em todo o distrito que terá como referência Viana do Castelo. Portanto, no caso de Valença, para um consumo doméstico de 10m<sup>3</sup>, que é o valor de referência tido em conta em todos os estudos, o preço da água e saneamento em Valença passará de 18,05€ para 22,71€, aumento de quase 5,00€ que os valencianos vão ter que assumir adicionalmente na fatura da água, traduzindo-se num aumento de mais de 25% na fatura da água e do saneamento em Valença, mais 60,00€/ano. \_\_\_\_\_

No estudo apresentado o *cash-flow*, é o contributo dos valencianos que vão receber o serviço, a água, naquilo que é este negócio, e 2/3 do financiamento, 66% do financiamento desta parceria, vai ser pago com o dinheiro dos munícipes dos 7 Municípios aderentes. Portanto, está mais do que comprovado que quem vai ser o maior penalizado nesta parceria, serão os munícipes, no nosso caso particular, os munícipes valencianos. Outra questão importante, é a perda de poder de decisão do Município de Valença na proposta de atualização anual do preço da água, porque esta competência, atualmente, é exclusiva de cada um dos Municípios, apesar de terem que cumprir alguns níveis apresentados pela entidade reguladora. A partir de agora vai haver uma Comissão de Parceria composta por 2 membros da empresa,

da Águas de Portugal, 2 representantes dos Municípios, portanto, logo aí os Municípios só vão ter 50% de peso na definição desta tarifa, que vai aprovar ou não os tarifários propostos pela entidade gestora. \_\_\_ Outra questão, tem a ver com a perda de eficácia e qualidade do serviço prestado aos munícipes valencianos, porque ao existir uma centralização dos futuros serviços administrativos da empresa, em Viana do Castelo, com apenas 3 polos operacionais para trabalhar em 7 municípios que são os que pretendem aderir a esta parceria, obviamente que a área a abranger por estes polos operacionais será significativamente maior do que aquela que é abrangida atualmente pelos piquetes que cada um dos Municípios tem nos serviços de águas. E quando se exigem respostas céleres e imediatas na regularização da anomalias na rede pública de abastecimento de água e de saneamento que serve não só os lares, mas também os estabelecimentos comerciais, empresariais e industriais do nosso concelho, está ciente de que dificilmente podem apresentar a mesma eficácia em 7 Municípios do que os atuais piquetes de água individualmente em cada um dos Municípios. \_\_\_\_\_

Outra questão é a ausência de investimento da entidade gestora na ampliação dos sistemas de água e saneamento do concelho. Este investimento no alargamento da rede vai ficar exclusivamente a cargo do Município e, em particular, Valença prevê captar 2,3 milhões de euros em 5 anos através do programa de financiamento atualmente em vigor para este sector, que é o POSEUR, e tendo em conta que a cobertura da rede de saneamento no nosso concelho é bastante reduzida, chegando apenas a cerca de 35% das casas do concelho, este montante de 2,3 milhões de euros é escasso para aquilo que é a necessidade de um forte investimento no Município no alargamento da rede. Por outro lado, o reduzido investimento da entidade gestora na remodelação e reabilitação das redes de água e saneamento atualmente existentes, cerca de 1.100.000,00€ nas redes de abastecimento de água, mais 110.000,00€ nas redes de saneamento de águas residuais nos primeiros 5 anos da parceria e, depois, mais 4.950.000€ para a renovação e 1.600.000€ para substituição de redes num total de cerca de 7.700.000,00€ que Valença receberá durante a vigência deste acordo. Significa isto que, segundo os dados há pouco apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara, Valença tem um volume anual de faturação da água de cerca de 888.000,00€. Multiplicando isto por 30 anos daria 27.000.000,00€ de faturação. Este valor vai passar naturalmente para a entidade gestora, para a empresa que vai gerir a água em baixa no nosso concelho. Portanto, são 27.000.000,00€ de faturação que passam para a empresa. O investimento no nosso concelho durante a vigência do acordo vai ser apenas de 7.700.000,00€ por parte dessa entidade gestora. Portanto, é cerca de 1/3 que vai ser investido do valor que é faturado. Prosseguindo, no quem concerne aos trabalhadores, é certo que a integração dos trabalhadores dos atuais serviços municipais de água assenta numa base voluntária em regime de cedência de interesse público e mantém as regalias, como já foi dito aqui, da trajetória de um funcionário público, contudo as preocupações quanto aos salários, quanto às férias, quanto aos horários de trabalho e quanto à progressão na carreira, mantêm-se. Por exemplo, há 2 ou 3 dias, os funcionários da água da região de Aveiro fizeram uma greve, com um modelo de gestão similar ao que se pretende com esta parceria, reivindicando aumento de salários, reivindicando progressão nas carreiras e uma redução do horário de trabalho, perspetivando-se ainda o alargamento desta greve a outras parcerias do género pelo país. Portanto, foi até com estupefação que o próprio, em conversa há dias com alguns funcionários do Município, percebeu que alguns deles até nem têm noção do que se está a passar. Não sabem que esta



parceria existe, não sabem o que vai acontecer no futuro, não sabem se podem optar ou não, foram mantidos à margem e, portanto, não sabem com o que podem contar. \_\_\_\_\_

Foi referido que a parceria que a Águas do Alto Minho será uma entidade geradora de emprego na nossa região, contudo tem conhecimento que aquilo que é público é que o Grupo Águas de Portugal recorre com frequência à subcontratação em regime de *outsourcing*, a trabalho precário por via de contratos de emprego e inserção, fomenta a precariedade laboral, e este nunca poderá ser o objetivo de uma empresa ou de qualquer entidade ou iniciativa que pretenda afirmar-se no Alto Minho ou em qualquer outra região do país como geradora de emprego. O Alto Minho precisa de emprego de qualidade, estável e por isso o combate à precariedade laboral tem de ser um objetivo prioritário de qualquer política nacional. Portanto, esta adesão é prejudicial a Valença e é prejudicial aos interesses dos valencianos. Por isso reiterou que o Partido Socialista votaria contra esta proposta de parceria, na defesa dos interesses da população valenciana neste assunto. Termos em que apelou aos colegas deste órgão e nomeadamente aos Srs Presidente de Junta para olharem para as suas populações, que percebam que o que decidirem aqui hoje vai ser aquilo que vão ter que assumir como ónus quando contactarem com elas nos próximos anos e para as próximas gerações. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. António Dias**, após as habituais saudações, começou por referir que se trata de um negócio ruinoso. É algo que vai ficar para o futuro e que vai conectar quer o Senhor Presidente da Câmara, se este negócio avançar, quer os Senhores Presidentes de Junta que estão aqui presentes, que são o elo de ligação com as comunidades, com os fregueses, com o povo. No que concerne ao aumento de tarifa de água no valor da facturação de 4,6€/mês ou 66,00€/ano, ronda, em Valença, por ano 481.000,00€ e em 5 anos, 2.400.000,00€ e em 30 anos, 14.200.000,00€. Além de todo este processo padecer de uma pseudo-encapotação e ocultação às nossas comunidades sobre aquilo que se passa, deveriam ter sido feitas atempadamente sessões de esclarecimento nas nossas comunidades, nas nossas Freguesias, não só através dos Presidentes de Junta, mas sim diretamente com o próprio Executivo Municipal presente, explicar adequadamente e assumir esta responsabilidade. Trata-se de uma responsabilidade que o atual executivo está a protelar para 30 anos e a vincular os executivos vindouros. É muito grave, porque depois se alguém se chatear no meio disto tudo e quiser sair, cuidado, tem que gramar a pastilha durante 30 anos. E são os nossos fregueses que estão a desembolsar aqui milhares de euros/ano e a sustentar esta situação. Existem outros mecanismos para o fazer se o Município quisesse fazer, e diretamente com as nossas comunidades, olhos nos olhos, explicando-lhes a situação naquilo que será necessário fazer em termos de modernização de qualquer uma destas redes, e de certeza que o povo estaria ao lado, mas não desta forma. Apelou ao voto contra e sugeriu que a votação do ponto fosse por escrutínio secreto, numa câmara de voto, de forma a que cada um votasse sem nenhum tipo de constrangimento, de forma a que fruto da sua circunstância não esteja constrangido em poder votar/participar de uma forma correta na votação de algo que vai influenciar o dia-a-dia dos seus fregueses. Reforçou que se a votação for feita em consciência, o sentido de voto será contra. \_\_\_\_\_

Um bom gestor não fazia um negócio desastroso, independentemente de se tratar de uma empresa ou não ligada ao Estado. Mais mencionou que espera que os representantes do PSD e demais Membros deste

órgão estejam à altura daquilo que foi o voto de confiança e da responsabilidade que carregam dos seus fregueses, que é votar contra. Se o Senhor Presidente da Câmara quer assumir um compromisso destes que o faça para o seu mandato, que não assuma para mandatos vindouros. Neste momento, apraz-me voltar a repetir que tenham consciência, que sejam fortes, que sejam homens e mulheres capazes de ir contra qualquer pressão ou orientação e ainda que sejam capazes de o fazer em justiça, assim como que a Mesa tenha a hombridade de assumir o voto em câmara, precisamente para eliminar qualquer constrangimento. \_\_\_\_\_

De futuro numa situação deste género espera que o Município tenha a capacidade de atempadamente organizar sessões de esclarecimento nas freguesias com todos os intervenientes para que não existam margens de dúvidas, porque não é agora num pequeno recanto, em meia dúzia de dias, que se atira uma responsabilidade desta ordem para os Presidentes de Junta. Não é seriedade política. Finalizou a sua intervenção reforçando que a votação seja feita em consciência, porque o povo não vai querer isto aprovado. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Jorge Moura** questionou se com a constituição desta empresa se todas as obras de beneficiação das infraestruturas que neste momento pertencem ao Município, serão a cargo da nova empresa a constituir e, ainda, a quem é que compete estipular as taxas a pagar pelos consumidores, por exemplo, em termos de ligações de ramais e do restante. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** começou por mencionar que existe um problema para o qual todos devem ter consciência da sua existência, a água para consumo humano é escassa. De acordo com a ONU, somente 0,5% da água do mundo está disponível para consumo humano. Portanto, esta é uma realidade do mundo e também é uma realidade de Valença, uma vez que o ano passado com a seca que existiu, algumas Freguesias precisaram de ser abastecidas de forma diferente daquilo que é o habitual e para o qual a Câmara Municipal de Valença assumiu um custo com esse fornecimento. E neste aspeto, referiu que só é cego quem não quer ver. \_\_\_\_\_

A propósito de já se ter falado por duas vezes no montante faturado pela Câmara Municipal de Valença em termos de água, questionou qual é o custo real que a Câmara Municipal tem neste momento para levar a água até às habitações da população. É extremamente importante, porque se lembra de o Dr. Jorge Mendes lhes ter dito, há uns anos atrás, que ruinoso foi o acordo que o Dr. Fernando Barbosa fez com as Águas de Portugal em alta, na medida em que se ficou com um preço de água a pagar independentemente do consumo de água que se fizesse. Há um grande hiato financeiro entre o custo da água que o Município assume e aquilo que os utilizadores pagam. \_\_\_\_\_

A propósito de o seu antecessor ter mencionado que a aprovação da proposta de parceria pressupõe entrar nos bolsos dos fregueses, questionou que com o é que a Câmara se financia para suportar o custo da água em baixa se continuarem com a sua exclusividade. O atual Presidente da Câmara quando se apercebeu deste hiato aumentou o preço da água, porque financeiramente a Câmara não iria conseguir suportar o desvio de preço de custo com o preço de venda. Termos em que deverá existir a coragem política de assumir agora uma decisão, assim como, se alguém na sala tiver uma proposta melhor do que a presente para os Municípios, para os municípios de Valença, que a apresente para se discutir. \_\_\_\_\_

A água é um bem essencial, sem dúvida nenhuma, a vida no planeta só se aguenta com água. A ONU já definiu de 2018/2028 a década da água para o desenvolvimento sustentável. No dia 22 de março de cada ano o Dia Mundial da Água, já vão no oitavo fórum internacional. Isto é um problema global, não é só de Valença e para o qual devemos ter consciência que existe a necessidade de o resolver. Tem consciência que o preço que paga pelo consumo de água não é o preço que o serviço custa à Câmara Municipal. \_\_\_\_

- O **Membro Sr. Alberto Vilas** começou por mencionar que esta questão da água não pode ser confundida com luta político-partidária. Cada concelho toma as suas decisões. Por vezes, independentemente da cor política, toma decisões contrárias. E é sua convicção de que quem as tomou ou quem as vai tomar, vai tomar de consciência livre, vai tomar de opção política, mas também do sentido de dever de tratar daquilo que é público de uma forma honesta e de uma forma clara, considerando que isso é o melhor caminho para prestar o serviço à população, mesmo que haja quem discorde ou concorde. A propósito da menção de que o PSD não apresentou este assunto na campanha eleitoral, questionou se em alguns dos outros concelhos esta matéria foi discutida. Uns dizem que isto é um péssimo negócio, é uma desgraça local e eventualmente até nacional, mas representantes da mesma linha política mais ao lado votam exatamente no contrário. Deve-se respeitar a opinião de cada um, pelo que também exige que também respeitem a deles, que os tratem com educação, porque não estão a coagir, a intimidar e a pressionar ninguém para votar, porque tanto se pode pressionar para votar por um lado, como se pode pressionar para votar por outro. Não é altura para fazermos luta político-partidária, é altura para encontrar o caminho, para defender os interesses do nosso Município, dos nossos cidadãos, concidadãos. A parceria que se encontrou ou o parceiro que se encontrou para dirigir ou para liderar esta parceria são as Águas de Portugal, uma instituição 100% pública. O seu único acionista é o próprio Estado, ou seja, somos todos nós. Porque se as Águas de Portugal tiverem bons resultados somos todos nós que vamos beber esses bons resultados, porque os benefícios, os lucros das Águas de Portugal são injetados diretamente no Orçamento Geral do Estado que depois é distribuído para pagar os salários, o ensino, a saúde e para todas as outras iniciativas do Estado. Portanto, é um parceiro com capacidade. É um parceiro com robustez financeira. \_\_\_\_\_

Quanto à preocupação manifestada com a privatização, mencionou que se trata de uma parceria público-pública, não é uma parceria público-privada, em que está consignado no contrato de parceria que este caduca caso haja mudança para uma iniciativa privada. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, mencionou também que já estão habituados a que o colega Sr. Óscar Silva veja o copo mais vazio ou mais cheio, porque o documento que citou quando referiu que as Águas de Portugal contratam ou subcontrata, faz *outsourcing*, não passa de um comunicado do STAL, o qual que nesse mesmo documento refere que “*compreende a necessidade e agregação face aos constrangimentos no acesso aos fundos comunitários e nas respostas às exigências em termos de qualidade da água*”, que traduzido é o copo meio cheio, quando o colega o vê meio vazio. O STAL continua a dizer: “*Admitindo que a solução agora preconizada apresenta algumas melhorias face ao modelo das Águas da região de Aveiro, nomeadamente com a inclusão numa cláusula no contrato de parceria que prevê a resolução do contrato em caso de privatização das Águas de Portugal*”, continua a ver o copo meio cheio. \_\_\_\_\_

Relativamente à preocupação que o pessoal, supostamente, manifesta, considerou-a natural, contudo a sua adesão é voluntária, existindo as hipóteses quer de continuar com a mesma remuneração e carreira, no Município quer de passarem para o quadro das Águas do Alto Minho, que caso ocorra deverão inteirar-se das condições. \_\_\_\_\_

No que concerne ao facto de o investimento ter sido considerado, por alguns, como reduzido, mencionou que não se lhe assemelha como reduzida a verba de 115.000.000€, assim como, 81.000.000€ em infraestruturas, mais ainda 40.000.000€ que irão ser candidatáveis pelos Municípios. Como cada um dos Municípios irá referenciar a expansão que pretende fazer, está a contribuir para a sua independência nesta matéria. \_\_\_\_\_

Finalmente, no que concerne à tarifa, recordou que, em 2011, foi feito um ajustamento de tarifário que a não se fazer, hoje provavelmente a diferença entre aquilo que é cobrado no Município e aquilo que irá ser praticado nas Águas seriam muito maior e aí até poderia aceitar alguns comentários negativos que, durante a presente sessão, tem vindo a ser feitos. \_\_\_\_\_

Considera que se devem afastar da questão emocional e passar a ser mais racionais. Aquilo que se verifica dos documentos apresentados é que o aumento de água em Valença, é dos menores a nível distrital. Verifica-se também que o concelho de Viana do Castelo está acima do valor que deverá ser praticado. Aquilo que se verifica é que os representantes dos vossos partidos estarão a defender a integração do Município nesta empresa, portanto não se deve transformar este processo numa luta político-partidária, inclusivamente deverá dizer-se à população a verdade, embora talvez devesse ter existido mais debate, mais informação, mas o que é facto é que a Assembleia Municipal não pode ser acusada disso, porque assim que tiveram os documentos oficiais, formais, após decisão da Câmara Municipal foram distribuídos e foram promovidas uma série de reuniões. Por último, apenas referir que além do investimento que cada um dos Municípios vai fazer e também daquilo que a própria empresa vai fazer, vão acarretar dividendos, ou seja, cada Município vai passar a receber um determinado valor pelo facto de ser sócio nesta empresa. \_\_\_\_\_

Referiu ainda que estar do lado das populações significa procurar o melhor caminho para as servir melhor, com melhor serviço, mais qualidade, mais disponibilidade, que naturalmente se traduz em custos que a população saberá entender. O bem que lhe chega a casa todos os dias e em qualquer momento tem um preço, e esse preço parece-lhe justo e razoável. Portanto, está certa de que a população irá entender a posição se a Assembleia entender aprovar a proposta em apreço. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, o qual começou por agradecer a presença dos três Representantes das Águas de Portugal, Srs. Drs. Francisco, Hélder e Fernanda, quadros das Águas de Portugal. Sobre os propósitos destes Representantes não faz comentários, porque aquilo que se está a debater é gestão de um serviço de águas e saneamento e os serviços públicos têm que ser pagos por tarifa, conforme refere o Orçamento de Estado e a Lei das finanças locais. Também é entendimento do ERSAR que o custo do serviço de águas tem que ser integralmente suportado por tarifa. Aquilo que o deixa estupefacto é ninguém questionar os custos dos serviços de electricidade e das telecomunicações, quando comparados com o que custa um bem tão

essencial como é a água, são valores muito superiores. Também fica estupefacto quando quando alguém refere as receitas da água sem mencionar os custos que esta serviço acarreta para o Município, porque se no ano passado a receita da água rondou os 888.000,00€, o custo do serviço da água foi de 980.000,00€, portanto o Município suportou o custo de 100.000,00€ com este serviço. Por outro lado, suportaram maior custo saneamento, o défice tarifário no saneamento é 517.000,00€. A soma dos défices destes dois serviços, traduz-se em 617.000,00€ e que se a estes se somar o défice tarifário de lixo, 360.000€(défice tarifário do serviço que devia ser totalmente coberto pelas tarifas, pago pelas pessoas), a totalidade de todos os serviços traduz-se num défice de 950.000,00€/ano. Valores que, quando comparado com um gráfico em 2007, as tarifas cobradas de água e saneamento em Valença rondavam os 5,60€, mas quando assumiram funções em 2010, decidiram efetuar um ajustamento para 11,75€. Isto significa visão. Atualmente tem-se um tarifário de 18,05€ (10m<sup>3</sup> de água e saneamento), mas há cerca de um ano atrás frisou que até 2021 teríamos que ajustar 5%/ano, por forma a eliminar défice tarifário de água e saneamento. No que concerne ao lixo vai-se demorar mais tempo. Temos em que existem duas maneiras de se fazer, sozinhos em que a Câmara Municipal decide ou em conjunto e decidem. Até 2021, quer se aprove a parceria ou não, a água vai aumentar no mínimo até 22,71€, são as recomendações do ERSAR.

---

Em futuras candidaturas para a água e saneamento, só são financiados os sistemas que sejam rentáveis e terão sempre por base um estudo económico-financeiro para cada candidatura. Atualmente existe a possibilidade de transição em 2019 e de estarmos 5 anos sem atualização de tarifários, no entanto não podemos querer que esta parceria vá fazer tudo no futuro, porque, como disse há pouco o Sr. Óscar Silva, 66% do investimento é suportado pela tarifa, portanto quanto mais investimento se carregar, maior tarifa tem de existir. Nós temos que ter aqui o bom senso da parte dos Municípios para suportar também, no âmbito da parceria, alguns encargos, nomeadamente na expansão da rede. Esta parceria é para a rede atual e para ramais e para ligações novas, pontuais, que terão que ser feitas. Na água não é necessário fazer mais expansão de rede, contudo no que concerne ao saneamento ter-se-á que efetuar expansão de rede. Esta empresa vai fazer uma coisa que o Município tinha em sede de orçamento, onde hoje não existir uma rede pública, podemos utilizar as soluções individuais, as fossas das pessoas com camiões cisterna de vazamento de fossas. Aquilo que já tinham, em conjunto com o Sr. Presidente da Junta do Cerdal, decidido iniciar um processo piloto em Cerdal, irá ser efetuado por essa empresa, com possibilidade de cobrar à cisterna ou simplesmente as pessoas coletam-se como tendo saneamento e quanto estiver a fossa cheia vai lá o camião despejá-la. Vai existir esta alternativa, porque União Europeia e não só, e a Organização Mundial de Saúde, já perceberam que não se pode ter redes em todos os sítios.

---

Em segundo lugar, referiu que já em 2010 tiveram que tomar uma decisão estratégica nesta Câmara e tiveram as mesmas vozes do “Restelo”, a legalização do Aterro que permitiu, por exemplo, à freguesia de São Pedro da Torre e seus habitantes terem um ganho nestes 9 anos que deve rondar os 300.000,00€, permitindo a tarifa de lixo mais baixa do país, 19,00€/ tonelada no depósito. Apesar de, a contragosto dos Municípios, a Valorminho ter sido privatizada, a tarifa não disparou, aquilo que se cobra aos Municípios

mantém-se. Também apesar de poder existir a vontade de o acionista privado em aumentar a tarifa, existe sempre o ERSAR que se sobrepõe. \_\_\_\_\_

Portanto, a fixação da tarifa no caso desta empresa está muito regulamentada na Comissão de Parceria e no ERSAR. \_\_\_\_\_

Este processo já se iniciou da parte da CIM em 2010 por autarcas que já lá não estão. Contudo sempre com a indecisão de se iniciar, até que decidiram que neste mandato que era um assunto para ser resolvido, sozinhos ou em parceria pública ou privada. Podia ter existido uma concessão a uma entidade privada, à Braval ou as Águas de Braga tinham muito interesse. Andam a fazer comunicados que vão protestar junto da Comissão Europeia, por não terem permitido que os privados entrassem neste sector. Mais, alguns políticos com responsabilidade no passado, favoráveis à parceria, estiveram sempre na primeira linha da defesa da parceria, agora são contra, apenas porque estão na oposição. \_\_\_\_\_

Trata-se de uma parceria pública-pública. Feitos estudos para uma parceria exclusiva, chegaram à conclusão que não tinham capacidade para tal pelo que necessitavam de um parceiro e convidaram as Águas de Portugal (já parceiros- na alta). Os investimentos tinham que ser feitos pelos Municípios aderentes, as limitações em termos de endividamento para os investimentos futuros não estavam ao alcance dos Municípios, portanto contingências orçamentais do endividamento Municipal. \_\_\_\_\_

No que concerne à preocupação da privatização, mencionou que tal não se vislumbra e que caso aconteça cessa a parceria automaticamente como consta das respetivas clausulas e todas as infraestruturas e investimentos que até então estejam feitos ficarão na posse do respetivo Município, por acordo entre as partes. Para que não restem dúvidas não existem condições de continuar autonomamente a possuir sistemas em alta e em baixa autónomo\_”Uns a fornecer a água em grande e outros a distribuí-la ao regador”\_, não há milagres. E, portanto, os Municípios já fizeram o estudo sobre o assunto e a preferência é aderir à parceria em apreço em conjunto com os outros 7 Municípios. Estão disponíveis para a entrada de qualquer outro Município com a regra de que se a sua entrada implicar um aumento da tarifa terá este que assumir esse encargo, porque a saída de alguns Municípios melhorou a tarifa. Isto é um projeto de coesão territorial. \_\_\_\_\_

Cada um vota em consciência, contudo frisou que se não for aprovado a Câmara aguenta o sistema até 2021, mas quem assumir funções à posterior terá um problema grave para resolver. \_\_\_\_\_

Considera a parceria pública-pública interessante para Valença e para os Valencianos, porque teremos água de qualidade, sem prejuízo de falta de água tendencialmente a agravar-se, com tarifas aceitáveis do ponto de vista social. E, portanto, a Assembleia nesta matéria é soberana, embora o ónus seja da Câmara Municipal e do Presidente de Câmara, e assume o ónus sem qualquer complexo, tal como fez aquando do aterro sanitário. \_\_\_\_\_

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia procedeu à abertura da **segunda ronda**. Tendo prescindido de intervir os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Alberto Vilas. \_\_\_\_\_

Pelo **Membro Sr. José Nogueira** foi solicitada a utilização parcial do tempo que corresponde ao seu Grupo Municipal para o uso da palavra, nos termos do nº 4 do artº 45º do regimento do órgão, mencionando que apenas iria usar 2 minutos, ficando o restante tempo para ser usado pelo Sr. Deputado

Termos em que o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** uma vez invocado o regimento para utilizar a palavra e tendo sido identificado o artigo apelado, o artigo 45.º nº 4, mencionou que o Membro **Sr. José Nogueira**, enquanto Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, avocou 2 dos 5 minutos destinados ao seu grupo municipal, apesar de o Membro **Sr. António Dias** não ter dito que prescindia do tempo, contudo como pelo seu líder foi avocada a sua intervenção, passou a palavra ao Membro Sr. Óscar Silva, que nos termos do citado artigo tem a oportunidade de voltar a usar da palavra. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. Óscar Silva** referiu que se existem Municípios liderados pelo Partido Socialista a aderir a esta parceria também existem liderados pelo Partido Social Democrata, inclusivamente existem outros, como por exemplo, Monção que não vai aderir a esta parceria. Portanto é muito mais que uma questão partidária. Para além de ter referido que os Municípios não assumiram esta parceria no programa eleitoral, realçou é um projeto que este Município considera estruturante apesar do compromisso que está a assumir para 30 anos vinculando executivos vindouros. Termos em que questionou porque não o assumiram no seu programa eleitoral em 2017. \_\_\_\_\_

Ouviu-se que a parceria pressupõe um investimento de 115.000.000€ (cento e quinze milhões de euros), sendo que desses, 81.000.000,00€ (oitenta e um milhões de euros) são infraestruturas. Convém clarificar que Valença é o terceiro concelho desta parceria que menor valor vai receber, 7.700.000,00€ (sete milhões e setecentos mil euros), que em 30 anos se traduz em 256.000,00€ (duzentos e cinquenta e seis mil euros)/ano da remodelação das infraestruturas, questionando se este valor é assim tão substancial. \_

O STAL parece que é mal visto por estar contra esta parceria, onde vão estar incluídos Executivos Socialistas e Executivos Social-Democratas, mas a Direita já os habituou a estas questões. \_\_\_\_\_

Portanto, depois, sempre que houver necessidade de investimentos na rede, os próximos quadros comunitários, a tendência é diminuir o dinheiro disponível para Portugal, por conseguinte o dinheiro disponível para este sector também vai diminuir obrigatoriamente nos próximos programas e quadros comunitários, ou seja, quando houver necessidades de investimentos na nossa rede quem vai financiar isto, é o utilizador-pagador que está consagrado nesta parceria, são os Municípios Valencianos que uma vez mais vão ser chamados a pagar aquilo que precisam para investir nas suas redes. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sr. José Nogueira** mencionou, a propósito daquilo que foi mencionado pelo Sr. Presidente da Assembleia, no que concerne à decisão de adesão à parceria, que quer o próprio enquanto Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Intermunicipal, quer a Dra. Emília Cerqueira que foi sua colega no Conselho de Deontologia e também é Líder do PSD, e todos os membros da Assembleia Intermunicipal entenderam claramente que isto era um assunto concelhio, pelo que considerou que trazer à colação outros concelhos, foi desonestidade intelectual. \_\_\_\_\_

Seguidamente, mencionou que a Sra. Dra. Inês está mal recordada, porque desde miúdo que existe escassez de água. No tempo do seu pai compraram a Quinta do Convento em Sanfins, e a água tornou-se escassa no Monte do Faro e o mérito que ele teve foi que deixou eletrificar Valença em 1997, e passados todos estes anos ainda não existe saneamento em todas as Freguesias e pelo que leu, neste projeto, nem

Parceria pública: “A sociedade poderá ter ações de categoria B que poderão ser subscritas por pessoas coletivas de direito privado ou direito público.”. Mencionou que deveriam reformular e não enganar ninguém. Colocou a questão se a água tem que pagar as tarifas, o que não é necessariamente assim, porque o Sr. Presidente acabou de confessar que a despesa com a água, a receita do saneamento não cobre. Portanto, se tem que retirar, retirem os incentivos fiscais, esta Câmara Municipal não pode ser só lucros, ainda não se está no tempo em que os entes públicos têm que ter lucro. Ainda é do tempo, como diz o outro, que os transportes, a água e a eletricidade deviam ter preços módicos e compatíveis. Depois solicitou que lhe explicassem quanto é que Valença terá que pagar se quiser denunciar o contrato, ao fim de quarto ano. Finalizou, questionando se a Águas de Portugal trabalha gratuitamente ou vai ter lucros. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Jorge Moura** prescindiu do uso da palavra. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** para referir que enquanto se fizeram contas ao volume de vendas do serviço da Câmara, a própria fez relativamente ao prejuízo. Seguidamente referiu que se se multiplicarem 950.000€/ano/30 anos, mantendo os preços de hoje, as diferenças entre preço de custo e preço de venda de hoje, verão quantos milhões resultam daí. Seguidamente, questionou quem é que paga o custo da água que chega às torneiras das habitações. O Governo Central já anunciou que a austeridade acabou e o crescimento da economia é uma realidade, os impostos diretos reduziram, os vencimentos, os rendimentos foram repostos, contudo os impostos indiretos subiram com toda a injustiça social que acarretam. Como ninguém pergunta pela declaração de IRS quando vamos comprar seja o que for, considera que a austeridade continua a nível central, nomeadamente, através dos impostos indiretos.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, relativamente às intervenções que foram feitas e que de alguma forma procuraram desfazer a sua intervenção anterior, referiu que se esta parceria é um projeto estruturante para Valença também o será para os outros concelhos, para Viana, para Caminha, para Ponte de Lima, enfim, para todos os outros. Se em Valença este assunto não foi incluído na programa eleitoral, nos outros concelhos também não o foi e este projeto tem a ver com Valença e com todos os outros concelhos. Apesar de existir quem não vá integrar esta parceria, contudo deverá existir um respeito recíproco em relação ao tipo de decisão tomadas pelos Municípios independentemente da sua adesão ou não, considerando-o como um projeto de solidariedade, levado a cabo por uma equipa que tem trabalhado afincadamente pelos destinos do nosso distrito, os seus autarcas, independentemente dos seus partidos terem conseguido junto da CIM criar sinergias e afastar as cores partidárias, para ultrapassar as dificuldades das populações. É um projeto de união regional que vai regularizar um grande problema comum. \_\_\_\_\_

Quanto ao STAL, que agora são amigos da direita porque fazem greve e fazem manifestações, mencionou que há cerca de 3 ou 4 anos os sindicatos tinham feito greve à greve, parece que se esqueceram dos direitos dos trabalhadores e agora, eventualmente porque se está a aproximar um ato eleitoral, estarão com mais interesse pelas lutas político-partidárias e sindicais. \_\_\_\_\_

A responsabilidade e o problema não é dos Srs. Presidentes de Câmara, dos 10 ou dos 7 Presidentes de



Câmara, mas sim de todos e de toda a população, porque isto efetivamente é um problema transversal. Valença, apesar de na escala ser o terceiro Município que menor investimento irá receber, contudo também é o terceiro que irá contribuir mais para este negócio e se se olhar afincadamente para os números da tabela, em termos de volume de negócios contribuimos com 6,6% de todo este movimento, mas em termos de investimento vamos receber 9,5 %, ou seja, que apesar de continuarmos em terceiro lugar na tabela a contar do fim, vamos receber mais do que aquilo que iremos contribuir para o negócio.

Relativamente a esta intervenção o **Membro Sr. José Nogueira** solicitou explicações ao orador anterior. Trata-se de um projeto de solidariedade como se fosse um projeto igual aos outros que a CIM tem, questionando o seu antecessor, por exemplo, como, sendo assim, um projeto tão solidário, como é que existem diferenças na repartição do capital social em termos percentual, de administradores dos 49% para os 51%, como justifica a solidariedade. Poderá ser a soma de empurrar por parte das Câmaras aderentes da resolução de um problema que não querem ter e que lhes causa problemas. \_\_\_\_\_

Em relação ao pedido de explicações o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu-o que a solidariedade pode significar contribuir-se com 6,6% do negócio e receber em investimentos 9,5%., assim como, na igualdade de percentual na remuneração em relação aos outros Municípios e as mesmas condições de implementação independentemente da localização, portanto é um projeto solidário. É provável que a sua perspetiva da solidariedade não seja a de todos. O espírito que está por trás da CIM são decisões por unanimidade, há uma parceria, trabalho para harmonizar todas as questões sobre os assuntos. \_\_\_\_\_

Pelo Membro Sr. José Nogueira foi solicitado o uso da palavra para defesa da honra, por se ter sentido ofendido, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal lhe referido que não era motivo para se sentir insultado, até porque o considerava uma pessoa inteligente. Terminou dizendo que já lhe foram dadas as explicações solicitadas. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** reagiu perante esta última afirmação e referiu que fez uma pergunta, explicações era da primeira vez e que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha que ler o regimento. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu-lhe que o seu antecessor fez um regimento complicado e às vezes é difícil encontrar aquilo que o mesmo queria lá espelhar, e apesar de ter boa memória às vezes tem de se socorrer da boa memória do Sr. José Nogueira para o ajudar, para compensar aqueles momentos em que o procura destabilizar, mas que não consegue. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, passou a palavra ao ilustre convidado. \_\_\_\_\_

**ADP\_ Sr. Francisco Narciso** – Representante das Águas de Portugal, no que concerne à questão suscitada logo no início, do subfinanciamento. A iniciativa do atual Governo que se designa compromisso nacional relativamente a estes serviços e fala em consensos e que vem na linha do plano estratégico anterior, que por sua vez já vem anteriormente, significa que de facto a nossa sociedade

precisa de olhar para este sector às vezes de forma desapaixonada e com alguma atenção em particular face a um conjunto de problemas estruturais com que se vem confrontando nos últimos anos. Portanto, não é teimosia a nível comunitário quando se preconiza o princípio do utilizar-pagador. Mas também se diz que este sector é financiamento através de 3T, não é apenas a tarifa, mas também os impostos. Portanto, este projeto também vem nessa linha. A preocupação do atual Governo, dos anteriores Governos e das políticas neste sector, está relacionada com um subfinanciamento. Estes défices têm-se traduzido em subfinanciamento. Estamos a hipotecar estes serviços para as próximas gerações. O avanço civilizacional que o país teve nas últimas décadas em que a mortalidade, nomeadamente de hepatite A baixou drasticamente, em que hoje temos uma atividade turística com tanto dinamismo como temos, temos aqui este património histórico também a dinamizar, tem a ver com esses investimentos. Está-se a falar da sustentabilidade de todo este esforço nacional que contam com os impostos dos outros países. E de facto o financiamento deste serviço tem que se fazer, ou através de impostos, ou através de tarifas, sendo que pela complexidade deste sector o princípio do utilizador-pagador é aqui chamado à colação porque de facto ainda outro dia aqui alguém na região me chamava a atenção que houve aqui um Município que deixou de aplicar tarifas às instituições sem fins lucrativos. Eu continuo a não me lembrar, o meu colega corrigir-me-á, mas é o seguinte, os consumos dessas instituições de repente passaram para 3 vezes mais ou aumentaram 30%. A Irlanda, no período da crise, aboliu as tarifas, portanto, tornou tendencialmente gratuito estes serviços. Descontrolo total sobre estas coisas. Portanto, aqui a tarifa tem também o efeito não só de dar estabilidade a parte do financiamento com estes serviços, mas também dar sinais às populações para ter parcimónia na utilização de um bem que é escasso. A título de exemplo e solicitando autorização para o fazer, mencionou aquilo que se passou com um seu familiar no Alentejo. Numa zona de particular escassez, como as tarifas são excecionalmente baixas, de 6 em 6 meses, de ano a ano, troca integralmente a água da piscina, o que não faz qualquer sentido, está a agir racionalmente, porque a tarifa é baixa, e torna-se-lhe mais fácil do que estar a gastar dinheiro em processos de tratamento. \_\_\_\_\_

No que concerne à privatização, está intrínseca ao próprio modelo, ou seja, desde o início que em caso de contaminação de capital privado, cai a operação, porque tem a ver claramente com o consenso, o acordo que foi estabelecido com a Comissão Europeia, com a própria natureza do diploma, e com o compromisso político também que existiu subjacente à montagem deste modelo, que, recordou, foi solicitado pelos autarcas porque sentiram necessidade de facto de criarem um mecanismo de envolvimento com o Grupo Águas de Portugal para ajudar a desenvolver projetos desta natureza. Chamou a atenção que se trata de projetos regionais e não projetos para ajudar o Município a resolver por si individualmente as questões com que quais se confrontam e que são bastante complexas. A eficiência hídrica é uma preocupação central a todos os níveis e, também ao nível de transmitir sinais através dos utilizadores para se utilizar com parcimónia esta questão. \_\_\_\_\_

Quanto à regulação do tarifário é feita pela Comissão de Parceria é quem aprova e sujeita a supervisão da ERSAR. Aliás, estas organizações são das mais escrutinadas a nível nacional e, portanto, é uma garantia acrescida que os utilizadores têm relativamente a esta matéria. \_\_\_\_\_

Prontidão, capacidade de resposta. Estão com projetos há 10 anos em contextos semelhantes. A situação

de Aveiro. Tem um projeto há menos tempo em Municípios como Baião, Cinfães, Arouca, também em Amarante, portanto, ou seja, já há aqui uma experiência, embora reconheça que há um processo de transição que não é fácil, mas como tudo na vida é desafiante. Tem experiência no terreno em que de facto há uma melhoria, não quer dizer que não haja situações pontuais. Portanto, o princípio do utilizador-pagador já pagaram. \_\_\_\_\_

No que concerne à perda de poderes, mencionou que há uma partilha de poderes entre os Municípios subjacente à sinergia, portanto, a autonomia não é total. Mas, por exemplo, aspetos como investimentos que se queira fazer adicionalmente para além daquilo que está previsto, total liberdade onde o Município quiser. \_\_\_\_\_

Questão das tarifas sociais. Há um tarifário universal que já tem preocupações sociais em particular nas famílias numerosas, por uma questão de equidade. Aplicar um tarifário de forma justa consoante os consumos em função da dimensão do agregado familiar. Os ramais até 20m são gratuitos, estão incluídos no serviço, tem a ver com o desenvolvimento que as políticas e o sector tiveram a nível nacional. Portanto, agora, para além disto, portanto, o Município a nível social tem total liberdade relativamente a essa matéria. \_\_\_\_\_

A centralização de poderes. A centralização de poderes também tem a ver aqui com o desafio de criar algumas sinergias, nomeadamente ao nível da aposta numa melhoria da gestão para tornar desnecessário possuir tantas equipas, porque com a mudança da estratégia ao nível da manutenção, cada vez mais, o que fazemos, inverter numa situação em que há uma rutura, por exemplo quando se intervém num pequeno troço, se calhar, com uma análise sistemática do histórico de manutenção, em vez de substituímos um troço de 10cm, substituir-se-ia um troço de 3, 4m e identificamos aquilo como uma necessidade estrutural que tem que ser sujeita a outro tipo de intervenção planeada. Portanto, é esta mudança que não vai ser, não é imediata, seguramente, mas é esta mudança que está associada, e é esta a preocupação dos autarcas desta região para minimizar a tarifa aos utilizadores. Importa dizê-lo, pela primeira vez em projetos com eles que assumiram os investimentos de expansão, quiseram minimizar a tarifa, pertinente numa zona de maior pluviosidade, porque os investimentos adicionais vão à tarifa e é por isso que os utilizadores na região de Aveiro ou do Noroeste pagam tarifas acrescidas. \_\_\_\_\_

A geração de emprego, precariedade. De facto, o Grupo Águas de Portugal, assim como o próprio Estado, não passou ao lado da dificuldade da crise. Aliás, portanto, o Estado teve esse programa, o Grupo Águas de Portugal aderiu desde o momento, porque de facto não foi justo o que se passou. Agora, atingiu transversalmente toda a nossa sociedade e o Estado inclusive. \_\_\_\_\_

Titularidade. A titularidade dos sistemas mantém-se integralmente, qualquer investimento que seja feito em infraestruturas é integralmente, faz parte integral de todo o património do Município. Portanto, aqui há uma propriedade precária desta entidade gestora, portanto, relativamente a esta matéria.

A fixação de tarifas reforçou, a Comissão de Parceria e ERSAR, vai haver um regulamento de tarifário. Aliás, para idêntico nível de serviço e de investimento é um aumento inferior àquele que seria necessário para o Município encarar de certa forma as exigências e os desafios com que hoje se confronta e daí de facto terem-se juntado. \_\_\_\_\_

Estatutos, ações de tipo B. Desde a constituição do grupo que é admitida a possibilidade de empresas

instrumentais na esfera do Estado, por exemplo uma empresa de capital de risco como era o IPE, capital logo no início, enquanto os Municípios não tivessem capacidade financeira ficavam com essas ações temporariamente. Por exemplo, nas Águas de Trás-os-Montes, quando foi criada, os Municípios tinham uma empresa municipal para financiar a parte respetiva no capital social. Portanto, há casos desta natureza. E não se confunda entidades privadas, ou seja, de direito privado, com capital privado, porque isso já concorre relativamente a outras matérias no que toca, portanto, à questão dos capitais privados. \_\_\_

Dividendos. Os dividendos desta operação, tem a ver com a competitividade, na atração de financiamento são metade, um terço daquilo que são outras operações comparáveis e mais, são distribuídos por todos os acionistas, entre o Estado e os Municípios de igual forma em função do capital realizado. \_\_\_\_\_

A questão das vicissitudes, de facto o contrato aposta nos primeiros 10 anos em particular de facto numa situação de estabilidade, porque quem quer fazer um investimento de 115.000.000€ precisa de ir a um banco levantar dinheiro para financiar todos os investimentos é preciso dar um sinal de estabilidade. Em termos de antecedentes, por exemplo, na parceria do Alentejo houve um Município que não quis integrar. Os outros Municípios, já depois de ter assinado o contrato, deixaram-no sair. Recentemente tivemos um Município numa parceria também já constituída que quis sair e fomos presentes à ERSAR, independentemente do que está escrito no contrato, até porque isto são entes públicos, e esta intermediou a situação e feitas as contas o Município saiu. O investimento não era o essencial, tinha sido efetuado e ainda não tinha sido reintegrado. Ou seja, não pode haver aqui um enriquecimento sem causa relativamente a estas matérias. Agora, é preciso que estes contratos tenham um sinal de estabilidade, de previsibilidade, porque isto não pode ser encarado com uma decisão de ânimo leve. Está aqui muito dinheiro envolvido, responsabilidades financeiras e a capacidade de atrair financiamento em particular de instituições financeiras internacionais que permitem de facto custos incomparavelmente mais baixos do que aqueles que tínhamos se tivéssemos de nos financiar a nível nacional. \_\_\_\_\_

Terminada a intervenção do Sr. Francisco Narciso – Representante das Águas de Portugal, o **Membro Sr. José Nogueira**, voltou a solicitar que o esclarecesse, devidamente, à sua pergunta: quanto é que custaria, com base no que está escrito no contrato, ao Município de Valença se ao 4º ano saísse, quanto é que teríamos de indemnizar os parceiros. \_\_\_\_\_

- **ADP\_ Sr. Francisco Narciso** – Representante das Águas de Portugal referiu-lhe que nos termos do contrato não está prevista apenas a saída de todos os Municípios nos primeiros 10 anos. A partir dos 10 anos a saída dos Municípios é livre. Deu o exemplo do caso de um Município da parceria do Noroeste depois de ter entrado na parceria, ainda no decurso, digamos, antes dos 10 anos terem decorrido, a situação foi intermediada pelo Governo e pela ERSAR, em que as contas apontavam essencialmente para a questão do investimento, ou seja, todo o investimento que tivesse sido feito e que não tivesse reintegrado, ou seja, na prática há uma dívida na sociedade nessa quota-parte, era esse o montante essencial disso, porque a parte do impacto da tarifa, como era um Município que tinha um impacto, mais uma vez, daqueles que, saindo, baixava os custos na totalidade, não era expectável aí um valor digamos em particular. Na prática, a ERSAR fez uma analogia com o regime que está relativamente após os 10

anos. E, portanto, e essa foi uma matéria particularmente, aliás, acordada com os autarcas na solução que foi gizada. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos efetuados pelo Representantes das Águas de Portugal, Sr. Francisco Narciso, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para a sua intervenção. \_\_\_\_\_

Termos em que o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** a propósito das diversas menções que o Membro Sr. Óscar Silva fez acerca do manifesto eleitoral do PSD, das últimas eleições autárquicas, curiosamente o folheto dizia: “Valença no bom caminho, 15 objetivos, 100 medidas e estão a cumprir, como sendo: Investir na modernização das infraestruturas e instalações municipais; Expansão da rede de saneamento, prioritariamente onde existam condutas redutoras (prioridade nas freguesias de Friestas, Ganfei e Cerdal, onde já existem condutas); Implementação em articulação com as Juntas de Freguesia de serviço de vazamento e limpeza de fossas particular; Modernização contínua da rede de abastecimento público de água em articulação com a empresa pública Águas do Norte. A propósito desta última medida do folheto eleitoral, mencionou, em tom irónico, que apesar de fazer ideia que iriam ter uma parceria com as Águas de Portugal ou as Águas do Norte, até tiveram visão estratégica estruturante. Em suma, estão a cumprir o programa eleitoral sufragado e portanto não estão a defraudar os eleitores. \_\_\_\_\_

Em relação à parceria, mencionou que estão cientes que a transição não vai ser fácil, especialmente no primeiro ano, contudo já existem outras no mercado com experiência e provas dadas, nomeadamente as Águas de Aveiro em que à população e aos autarcas não se lhes vislumbra sair do sistema. \_\_\_\_\_

As maiores dificuldades que se previam surgir no âmbito da parceria estão ultrapassadas, atendendo a que estão assumidas as tarifas, perdas, piquetes, água de qualidade e em quantidade e, inclusivamente a uma tarifa socialmente aceitável e, no caso do Município de Valença, a possibilidade de usar a retribuição da parceria para apoiar socialmente aqueles que necessitarem. \_\_\_\_\_

Os 7 Municípios vão trabalhar em conjunto com o propósito de alcançar investimento para possuírem sistemas eficientes com serviço de qualidade a um preço justo e aceitável do ponto de vista social, e dessa forma estarem preparados para o futuro. Deverão votar em consciência. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira**, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal resposta à sugestão efetuada pelo Deputado Sr. António Dias no sentido de a votação do presente ser por escrutínio secreto, conforme o prevê a alínea c) do artº 57º do regimento desta Assembleia Municipal. Com certeza que depois do que o seu antecessor referiu a Mesa não se oporá à votação por escrutínio secreto, (livre e não constrangida) contudo caso assim sucedesse, o próprio, em nome do Grupo Municipal e de todos os seus Membros e da CDU, solicitariam a votação nominal prevista na alínea b) do acima citado artigo, de forma a ficar claramente identificado o sentido de voto de cada um. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** mencionou, a propósito da sugestão de votação por escrutínio secreto, que lhe custa perceber que não haja coragem de assumir o sentido de voto perante o Sr. Presidente da Câmara, perante a Mesa e Membros da Assembleia, quando tantas vezes se assume um sentido de voto desfavorável, frisando que não vê inconveniente em se efetuar a habitual votação, ou seja, levantar e

dizer em voz alta o nome e o sentido de voto. É uma votação que ficará refletida em ata. \_\_\_\_\_

Quanto à sugestão de a votação do presente ponto ser feito por escrutínio secreto, e após uma breve pausa para a decisão, a **Mesa** deliberou que a **votação** fosse feita **nominalmente**. \_\_\_\_\_

Perante a esta decisão o **Membro Sr. José Nogueira** referir que primeiro a Mesa recusa, em seguida a Assembleia vota e a Mesa à posteriori decide se será ou não voto nominal. \_\_\_\_\_

O **Membro Sr. Rui Ferreira** referiu que os Presidentes da Junta não têm responsabilidade. É uma decisão do Município e do PSD para o bem e para o mal, o PS é contra, para o bem e para o mal e não se têm medo da votação nominal. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, referiu que como a Mesa entendia que o **voto secreto** não se justificava e não aceitava, colocou a votação do plenário. Termos em que, num universo de **31 (trinta e um)** Membros, obteve **19 (dezanove)** voto contra dos Membros Srs. Alberto Vilas; Elisabete Viana; Inês Ferreira; Aurélia Correia; Jorge Moura; Paula Natal; Cristóvão Pereira; Avelino Marinho; Isabel Vaz; Fernando Lourenço; Jorge Fagundes; Carlos Pereira; Manuel Brito; Rui Ferreira; António Sousa; Francisco Romeu; Paulo Pacheco; Manuel Barros; Maria Ferreira, foi deliberado, por maioria, rejeitar a votação por escrutínio secreto do 9º ponto da ordem de trabalhos. \_  
Por outro lado, como existiu também a proposta por **votação nominal**, a sugestão foi aceite pela Mesa, tendo cada um dos membros se levantado, identificado e pronunciou o seu sentido de voto em voz alta. Assim sendo, *Silvestre José Gonçalves Pereira: Contra; Carlos Aleixo Gomes: Contra; Cláudia Moreira: Contra; Fernando Vidal Lourenço: a Favor; José Manuel Montenegro Roda: Contra; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira: a Favor; Manuel Alberto Alves Barros: a Favor; Paulo Jorge Nobre Pacheco: a Favor; António Lima Sousa: a Favor; António Joaquim Dias: Contra; Francisco José Rodrigues Romeu: a Favor; Manuel António Soares Brito: a Favor; Rui Miguel Araújo Ferreira: a Favor; Carlos Manuel Afonso Pereira: a Favor; Jorge Manuel dos Santos Fagundes: a Favor; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó: Contra; Orlando Vasco da Cunha Oliveira: Contra; José António Lopes Nogueira: Contra; Ana Margarida Garcia Tomé: Contra; Óscar Gabriel Pereira da Silva: Contra; Vítor Manuel Costa de Oliveira: Contra; Isabel Granjo Vaz: a Favor; Avelino António Oliveira Marinho: a Favor; Ana Raquel Soares Sanches: a Favor; Cristóvão Amorim Pereira: a Favor; Paula Alexandra Melim Santos Natal: a Favor; Vasco Jorge Moura Rodrigues: a Favor; Aurélia da Conceição Costa Correia: a Favor; Inês Rita da Silva Ferreira: a Favor; Elisabete Frade Lopes Viana: a Favor; Paulo Jorge Cunha Esteves: Contra; Alberto Luís de Oliveira Vilas: a Favor.* \_\_\_\_\_

Finalizada a votação, a Assembleia Municipal anunciou o resultado\_ **9º PONTO - CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E OS MUNICÍPIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, PAREDES DE COURA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA E AS ÁGUAS DO ALTO MINHO, A CONSTITUIÇÃO DAS ÁGUAS DO ALTO MINHO**\_ pelo que, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, **maioria**, num universo de 32 membros, com 20 votos favoráveis e 12 contra dos Membros acima citados, a constituição de parceria pública entre o Estado Português e o conjunto dos Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos Dec-Lei nº 90/2009, mediante a celebração do seguinte: \_\_\_\_\_

- a) Contrato de Parceria Pública e seus anexos, por intermédio do qual os municípios decidem agregar os respetivos sistemas municipais num sistema territorialmente integrado designado por Sistema de Águas do Alto Minho, o qual inclui as infraestruturas e os equipamentos do município de Valença previstos no plano de investimentos, nos termos descritos no ANEXO II do *dossier* apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; \_\_\_\_\_
- b) Contrato de Gestão e seus anexos, que visam estabelecer os termos e os objetivos da exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos descritos no ANEXO V do *dossier* apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; \_\_\_\_\_

Foi deliberado, ainda, por **maioria**, com o mesmo resultado de votação: \_\_\_\_\_

2) Designar o Presidente da Câmara Municipal para representação do Município de Valença, Jorge Manuel Salgueiro Mendes, na outorga dos contratos *supra* referidos; \_\_\_\_\_

3) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a subscrição pelo Município de Valença de 23.211 (vinte e três mil duzentos e onze) ações da categoria A, representativas de 116.055€ (cento e dezasseis mil e cinquenta e cinco euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., entidade gestora do Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos dos estatutos que constituem o ANEXO VI e com os fundamentos constantes do documento enquadrador da parceria e do ANEXO IV, parte integrante da deliberação; \_\_\_\_\_

4) Aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos descritos no ANEXO VIII do *dossier* apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; \_\_\_\_\_

5) Submeter a fiscalização prévia do Tribunal de Contas a aquisição de ações representativas de 116.055€ (cento e dezasseis mil e cinquenta e cinco euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como, comunicar à Inspeção-Geral das Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais a aquisição de ações das mesmas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; \_\_\_\_\_

6) Determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, com vista à sua harmonização com o regime previsto na lei e nos Contratos de Parceria e de Gestão em matéria de medição dos níveis de serviço, faturação e cobrança, regime tarifário e contraordenações. \_\_\_\_

Pelo **Membro Sr. Paulo Esteves** foi feita a seguinte declaração de voto: \_\_\_\_\_

*“Antes de mais queria que não se tirassem por assim dizer do meu comportamento, ou seja, à revelia daquilo que pode ser o meu grupo parlamentar, o qual tenho muito orgulho em representar, qualquer tipo de interpretação política ou qualquer tipo de extrapolação. Ou seja, na prática aquilo que revela é que o PSD é um partido plural, é um partido em que as pessoas podem pensar de maneira diferente, podem-se expressar de maneira diferente, e podem ter entendimentos diversos daquilo que pode ser a maioria. Como podem ter percebido, quando eu indiquei o meu sentido de voto eu sabia perfeitamente que a decisão ia num determinado sentido. Poderia ter-me absterido, poderia ter votado em sentido contrário, era contra os meus princípios.*

*Objetivamente, tinha uma opinião, tinha uma opinião informada em função daquilo que assisti, em função da documentação que me foi dada, e quero agradecer aqui ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o esforço que fez nomeadamente em termos de Comissão Permanente em esclarecer o mais possível, e hoje eu de certa forma... De certa forma não, objetivamente eu não poderia ter tomado outra decisão. Lendo os documentos que li, sendo a matéria que é, sendo a duração do contrato que é, um contrato a 30 anos, não se pode tomar uma decisão destas com dúvidas, com dúvidas, num contrato a 30 anos não podem subsistir dúvidas. Ou se tem a certeza daquilo que se vai fazer e garantias de como as coisas vão correr, ou eventualmente não se pode arriscar. Vamos esperar que as coisas corram bem, vamos ter fé. Quer dizer, não vale a pena extrapolar aqui, tomei a decisão em consciência, porque é em consciência... Não quer dizer que esteja eu certo, eu posso estar errado, e Deus queira que eu esteja enganado, agora em consciência não poderia fazer de outra forma. E quero agradecer muito sinceramente ao meu partido pela liberdade que me deu, liberdade total de o poder fazer, porque também é assim que eu acho que represento as pessoas que votaram em mim e é para isso que eu estou aqui, penso eu, para votar em consciência, porque fundamentalmente a quem eu represento é quem votou em mim e é a essas pessoas que eu devo um dia mais tarde prestar contas, e as contas que eu vou prestar é em função da minha conduta hoje e do meu sentido de voto hoje".* \_\_\_\_\_

## **PONTO 10º – NOMEAÇÃO DE JÚRIS - CONCURSOS**

No seguimento da abertura dos procedimentos concursais para recrutamento de cargos de direção intermédia de 3º grau aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de, ontem, dia 28 de junho, foi presente a proposta de constituição de júri para cada um dos seguintes concursos: Chefe da Unidade Municipal de Jurídico e Contencioso, Chefe da Unidade Municipal de Contabilidade, Chefe da Unidade Municipal de Cultura e Animação, Chefe da Unidade Municipal de Desporto e Juventude, Chefe da Unidade Municipal de Ambiente e Espaços Verdes e Chefe da Unidade Municipal de Planeamento e Projetos. \_\_\_\_\_

Aplicou-se a mesma metodologia dois dois anteriores pontos, pelo que, primeiramente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve explanação do ponto em apreço. \_\_\_\_\_

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou que, no âmbito da aprovação do orçamento para 2018 e da respetiva estrutura organizativa dos serviços foram criadas seis chefias intermédias de terceiro grau, para jurídico e contencioso, contabilidade, cultura e animação, desporto e juventude, ambiente e espaços verdes e planeamento e projetos (concursos internos), com dotação orçamental disponível foi iniciar os respetivos procedimentos concursais, bem como, a nomeação dos respetivos júris, cuja competência é da Assembleia Municipal. No que concerne ao facto de o ponto poder ser agendado ais cedo ou não, o mesmo prendeu-se com a questão de que a iniciação destes procedimentos estava prevista para março/abril, contudo como a orientação que existe é que nenhum membro efetivo do júri pode ser Político/Vereadores, precisaram de recorrer a contactos externos atrasando o processo, cujas respostas foram chegando estes dias e só foi possível agilizar o processo no timing que se verificou, contudo de acordo com o diploma legal que rege os órgãos autárquicos a Assembleia Municipal pode, agendar assuntos desde que os seus Membros lhe reconheçam a urgência. Trata-se de meros formalismos e de uma questão de os procedimentos concursais não estarem à espera da realização de outra sessão, para se nomearem os respetivos júris. \_\_\_\_\_

Terminada a explanação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. José Nogueira e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_



- O **Membro Sr. José Nogueira** apenas para questionar o Sr. Presidente da Câmara em cada unidade quantas pessoas é que ficam adstritas ou dependentes a essas Chefias ou Dirigentes Intermédios. \_\_\_\_\_

- O **Membro Sra. Inês Ferreira** prescindiu. \_\_\_\_\_

Perante a questão suscitada, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que aquando da aprovação em sede de Assembleia Municipal da estrutura orgânica em que se previa a criação de chefias intermédias, estavam as suas dependências. \_\_\_\_\_

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da segunda ronda, tendo-se inscrito o **Membro Sr. José Nogueira** para questionar o Sr. Presidente da Câmara se, por exemplo, a chefia da unidade municipal de jurídico e contencioso dispensa a contratação externa de serviços jurídicos ou se, uma vez nomeado um chefe para este departamento, existiria menor custo para a edilidade com a assunção plena por parte dessa chefia dos pleitos do Município. \_\_\_\_\_

À questão colocada, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a assessoria externa do Município não deve ser confundida com o trabalho dos dois juristas da autarquia, em que apenas um deles pode ser nomeado, através de concurso, chefia intermédia do terceiro grau, ou seja, não há duplicação de custos. Esta chefia intermédia do terceiro grau vai permitir que a Chefe de Divisão Administrativa possa abarcar outras áreas, nomeadamente, que tem a seu cargo também a área da qualidade, despachos a todos os casos que tem que dar, nomeadamente em relação à Presidência, etc. Ter a qualidade e ter a gestão, a avaliação de pessoal, não faz muito sentido. Portanto, é bom que possa delegar numa chefia de terceiro grau também a possibilidade de outras competências para além daquelas que tem nesse momento esse ou esses técnicos que são nomeadamente técnicos superiores que têm um elo de autonomia que é muito limitado e, portanto, queremos que possam também exercer outras áreas. \_  
No que concerne à avença para assessoria externa é pública, é aprovada em reunião de Câmara, com um jurista que já trabalha com a Câmara há cerca de vinte anos. Aquilo que o Município paga de avença mensal é compensado com o trabalho desenvolvido para que a autarquia ganhe e não perca os processos judiciais. Todos os Municípios têm um assessor externo para além dos juristas internos. O valor que esta assessoria custa é um dinheiro bem empregue. Prestou-nos um precioso serviço nomeadamente no caso da SONAE na altura, mas não só, porque caso contrário o Município teria aqui graves prejuízos dos quais não sei se tinha condições de sobreviver financeiramente. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação **“PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU - NOMEAÇÃO DE JÚRI”**. A Assembleia Municipal nos termos do n.º1 do artigo 13.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou, num universo de **27** Membros, por unanimidade, nomear o júri para cada um dos seguintes procedimentos concursais com vista ao recrutamento do cargo de dirigente intermédio de 3.º grau, conforme a seguir se indica: \_\_\_\_\_

A) **Chefe da Unidade Municipal de Jurídico e Contencioso** \_\_\_\_\_

**Júri:** \_\_\_\_\_

Presidente: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral; \_\_\_\_\_

1.º Vogal efetivo: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos; \_\_\_\_\_

2.º Vogal efetivo: Vítor Manuel Passos Pereira, Chefe da Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira. \_\_\_\_\_

1.º Vogal suplente: Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe da Divisão Económica e Financeira; \_\_\_\_\_

2.º Vogal suplente: Jorge Manuel Rio Tinto de Azevedo, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais. \_\_\_\_\_

**B) Chefe da Unidade Municipal de Contabilidade** \_\_\_\_\_

Presidente: Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe da Divisão Económica e Financeira; \_\_\_\_\_

1.º Vogal efetivo: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos; \_\_\_\_\_

2.º Vogal efetivo: Sandro Miguel da Costa Louro, Chefe da Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão, da Câmara Municipal de Braga; \_\_\_\_\_

1.º Vogal suplente: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento; \_\_\_\_\_

2.º Vogal suplente: Jorge Manuel Rio Tinto de Azevedo, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais \_\_\_\_\_

**C) Chefe da Unidade Municipal de Cultura e Animação** \_\_\_\_\_

Presidente: Nuno Jorge Costa Correia, Chefe da Divisão Sociocultural e Desportiva da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira; \_\_\_\_\_

1.º Vogal efetivo: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos; \_\_\_\_\_

2.º Vogal efetivo: Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe da Divisão Económica e Financeira \_\_\_\_\_

1.º Vogal suplente: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento; \_\_\_\_\_

2.º Vogal suplente: Tiago Alexandre Afonso Alves, Chefe de Gabinete. \_\_\_\_\_

**D) Chefe da Unidade Municipal de Desporto e Juventude** \_\_\_\_\_

Presidente: Nuno Jorge Costa Correia, Chefe da Divisão Sociocultural e Desportiva da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira \_\_\_\_\_

1.º Vogal efetivo: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos; \_\_\_\_\_

2.º Vogal efetivo: Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe da Divisão Económica e Financeira; \_\_\_\_\_

1.º Vogal suplente: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento; \_\_\_\_\_

2.º Vogal suplente: Tiago Alexandre Afonso Alves, Chefe de Gabinete. \_\_\_\_\_

**E) Chefe da Unidade Municipal de Ambiente e Espaços Verdes** \_\_\_\_\_

Presidente: Jorge Manuel Rio Tinto de Azevedo. \_\_\_\_\_

1.º Vogal efetivo: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos; \_\_\_\_\_

2.º Vogal efetivo: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento; \_\_\_\_\_

1.º Vogal suplente: Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe da Divisão Económica e Financeira; \_\_\_\_\_

2.º Vogal suplente: Tiago Alexandre Afonso Alves, Chefe de Gabinete. \_\_\_\_\_

**F) Chefe da Unidade Municipal de Planeamento e Projetos** \_\_\_\_\_

Presidente: Vítor Manuel Pires de Araújo, Chefe da Divisão de Urbanismo e Planeamento; \_\_\_\_\_

1.º Vogal efetivo: Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe da Divisão Administrativa Geral, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos; \_\_\_\_\_

2.º Vogal efetivo: Jorge Manuel Rio Tinto de Azevedo, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais; \_\_\_\_\_

1.º Vogal suplente: Sérgio Hélder Guerreiro Lopes, Chefe da Divisão Económica e Financeira; \_\_\_\_\_

2.º Vogal suplente: Tiago Alexandre Afonso Alves, Chefe de Gabinete. \_\_\_\_\_

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 24 (vinte e quatro) **Membros** aprovada **por unanimidade**. Quando eram 19h20m comunicou que os trabalhos estavam encerrados. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por cinquenta e nove páginas, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pela Assistente Técnica que a redigiu. \_\_\_\_\_

Apoio à Assembleia Municipal A Assistente Técnica,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas